



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE POLÍTICA DE
INFORMÁTICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília-DF, 31/03/2010

INDICE

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO - SEPIN | 6 |
| <i>Adicionalmente à gestão da Lei de Informática, a SEPIN contribui na elaboração de políticas e programas específicos relacionados ao setor de TICs implementados por grupos de trabalho conduzidos por outras pastas ministeriais do Executivo (MDIC, CAMEX, RFB/MF, MINICOM, MEC, MRE, MPOG, MTE) e agências governamentais (ANATEL, BNDES,) entidades de classe do setor e fóruns Internacionais.</i> | 6 |
| 1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA INDIVIDUAL: | 7 |
| 2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos | 8 |
| 2.1. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos. | 8 |
| 2.2. Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas. | 8 |
| 2.2.1. Síntese de algumas realizações da SEPIN, no exercício de 2009. O Conteúdo detalhado dessas realizações poderá ser identificado nos tópicos seguintes que tratam da gestão das Ações/Programas. | 9 |
| 2.2.2. Software | 9 |
| Resultados | 9 |
| 2.2.3. Microeletrônica | 11 |
| 2.2.3.1. O Programa 8.1 do PACTI | 12 |
| 2.2.3.2. Metas e resultados para o período 2007-2010 do PACTI para o setor de microeletrônica | 13 |
| 2.2.3.2.1. Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos | 14 |
| 2.2.3.2.2. CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados | 14 |
| 2.2.3.2.3. Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos | 14 |
| 2.2.3.2.4. Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010 | 15 |
| 2.2.3.2.5. Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa | 15 |
| 2.2.3.2.6. Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I | 15 |
| 2.2.3.3. Outras ações desenvolvidas | 15 |
| 2.2.3.3.1. Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software Electronic Design Automation – EDA), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras | 15 |
| 2.2.3.4. Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil | 16 |

| | |
|--|----|
| 2.2.3.5. <i>Processos Produtivos Básicos (PPBs)</i> | 16 |
| 2.2.4. <i>No âmbito da Lei de Informática e do Decreto 5.906/06 nas ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2009, destacam-se as seguintes metas institucionais para o período de janeiro a dezembro de 2009, fixadas pela Portaria MCT nº 180, de 16 de março de 2009:</i> | 16 |
| 2.2.4.1. DESEMPENHO OPERACIONAL | 17 |
| <i>Indicadores de desempenho operacional relacionados com as atividades realizadas no exercício.</i> 17 | |
| <i>Cabe ressaltar, que as metas institucionais previstas para o exercício de 2009 foram plenamente alcançadas e em alguns casos foram significativamente superadas. Citamos por exemplo, a análise de reconhecimento da condição de bem desenvolvido no País que atingiu o número superior a 30 empresas. Esta melhora no desempenho já reflete o resultado da incorporação de servidor concursado com qualificação adequada para o desempenho dessas funções.</i> | |
| Concessão de Benefícios Fiscais..... | 17 |
| Acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. | 18 |
| 2.2.5. <i>Redes e Mídias</i> | 19 |
| 2.2.6. <i>Dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos da SEPIN</i> | 20 |
| 2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES | 20 |
| 2.3.1. <i>Programas</i> | 20 |
| <i>Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)</i> | |
| 2.3.2. <i>Principais Ações do Programa</i> | 21 |
| 2.3.2.1.1. <i>Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa</i> | 21 |
| <i>A Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - apresentou o projeto “XXIX Congresso da Sociedade Brasileira da Computação- CSBC2009”, realizado no período de 20 a 24 de julho de 2009.</i> | |
| 2.3.2.1.1.1. <i>Dados gerais</i> | 22 |
| 2.3.2.1.1.2. <i>Metas e resultados da ação no exercício</i> | 25 |
| 2.3.2.1.2. <i>Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores</i> | 26 |
| 2.3.2.1.2.1.1. <i>Metas e resultados da ação no exercício</i> | 27 |
| 2.3.2.1.3. <i>Ação 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital</i> . 28 | |
| 2.3.2.1.3.1. <i>Dados gerais</i> | 28 |
| 2.3.2.1.3.1.1. <i>Metas e resultados da ação no exercício</i> | 29 |
| 2.3.2.2. <i>Critérios utilizados nas análises dos projetos</i> | 29 |
| 2.3.2.3. PROGRAMAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS | 29 |
| 2.3.3. <i>Programas Prioritários em Informática</i> | 29 |

| | | |
|----------|--|--------------------------------------|
| 2.3.3.1. | <i>Aporte de recursos nos Programas Prioritários</i> | 30 |
| 2.3.3.2. | <i>Programa Prioritário Softex</i> | 31 |
| 2.3.3.3. | <i>Programa Prioritário RNP</i> | 33 |
| | MN-MPS – Modelo de negócio para melhoria do processo..... | 36 |
| | Conceber e Implantar um sistema de informacao da Industria brasileira de software- IBS e produzir um Outlook, de periodicidade bienal, sobre esta industria. | 36 |
| 2.3.4. | <i>Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software – PBQP-SW</i> 36 | |
| 2.4. | DESEMPENHO OPERACIONAL | 38 |
| 2.4.1. | <i>Programação Orçamentária</i> | 38 |
| | Quadro 1 - Programação das Despesas Correntes | 38 |
| | Quadro 2 - Programação das Despesas de Capital | 39 |
| | Quadro 3 - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência | 39 |
| | Quadro 4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa | 40 |
| 2.4.2. | <i>Despesas por Modalidade de Contratação</i> | 41 |
| 2.4.3. | <i>Evolução de gastos gerais</i> | 41 |
| | Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa | 41 |
| | Além dessas questões o gestor poderá abordar outras questões que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ. | Erro! Indicador não definido. |
| 2.4.4. | <i>Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ</i> | 42 |
| 2.4.5. | <i>Execução Física das ações realizadas pela UJ</i> | 42 |
| | Fonte: SIGMCT – 2009A..... | 42 |
| 2.4.6. | <i>Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo</i> | 43 |
| 3. | <i>Composição dos Recursos Humanos</i> | 45 |
| 4. | <i>Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos</i> | 47 |
| 5. | <i>Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i> | 48 |
| 6. | <i>Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício</i> | 48 |
| 7. | <i>Renúncia Tributária</i> | 50 |
| 8. | <i>Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia</i> | 55 |
| 9. | DECLARAÇÃO DO CONTADOR | 56 |
| 10. | <i>Despesas com cartão de crédito</i> | 56 |
| 11. | <i>Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno</i> | 56 |
| 12. | <i>Determinações e recomendações do TCU</i> | 56 |

APRESENTAÇÃO - SEPIN

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e as ações voltadas para a viabilização do setor de Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil, tendo como objetivos a capacitação tecnológica e a competitividade por meio do apoio à indústria local de bens e serviços, o desenvolvimento das cadeias produtivas associadas, o estímulo à capacitação e formação de recursos humanos, a consolidação e a multiplicação de empresas tendo como principal instrumento o incentivo às atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor estimulando a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo. Tais ações visam o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, o equilíbrio da balança comercial, a geração de empregos em todo o território nacional, e, principalmente, a redução do desequilíbrio social e econômico regional, a inclusão digital, através do uso das tecnologias da informação e comunicação.

O setor de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs se caracteriza como infraestrutura fundamental para o desenvolvimento social e econômico das nações, constituindo-se num dos principais geradores e difusores do progresso técnico e da produtividade na economia atual, estando presentes nos demais setores econômicos. Este setor tem sido um dos principais focos de políticas tecnológica, industrial e comercial nas economias mais avançadas, contribuindo para economia mundial em 2008 com cerca de US\$ 1,5 trilhão.

Este setor abrange os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes tais como TV Digital, tecnologias de acesso e conectividade (banda larga, wireless,...). Na economia brasileira a participação deste setor é da ordem de US\$ 40 bilhões, sendo que o montante relacionado às empresas beneficiárias da Lei de Informática é cerca de US\$ 25 bilhões.

Adicionalmente à gestão da Lei de Informática, a SEPIN contribui na elaboração de políticas e programas específicos relacionados ao setor de TICs implementados por grupos de trabalho conduzidos por outras pastas ministeriais do Executivo (MDIC, CAMEX, RFB/MF, MINICOM, MEC, MRE, MPOG, MTE) e agências governamentais (ANATEL, BNDES,) entidades de classe do setor e fóruns Internacionais.

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA INDIVIDUAL:

| Poder e Órgão de vinculação | | | |
|--|---|-------------------------------|---------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | | Código SIORG: 1988 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Secretaria de Política de Informática. | | | |
| Denominação abreviada: SEPIN-MCT | | | |
| Código SIORG: 2058 | Código LOA: 240101 | Código SIAFI: 240116 | |
| Situação: ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Administração Direta | | | |
| Principal Atividade: Administração Pública em Geral | | | Código CNAE: |
| Telefones/Fax de contato: | (61) 3317.7855 | (61) 3317. 7900 | (61) 3317.7532 |
| Endereço eletrônico: sepin@mct.gov.br | | | |
| Página da Internet: http://www.mct.gov.br/sepin | | | |
| Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar - CEP: 70062-900, Brasília-DF | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Decreto n. 5.314, de 17/12/2004 – DOU 20/12/2004. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| – Portarias e decretos | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Texto (identificação da norma e data de publicação) | | | |
| – | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 240.116 | Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA | | |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 0001 | SPOA/MCT | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 240101 | | | |

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, constituída por meio do Decreto Nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo Decreto Nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, publicado no D.O.U. de 8.9.2006.

Regimento Interno - Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.

2.2. Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem por finalidade formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionados com Tecnologias da Informação – TI. Tais políticas e programas têm como objetivo a capacitação tecnológica da indústria de computação, automação, telecomunicações, microeletrônica, software e serviços técnicos associados, instalada no País, a atração de investimentos nessas áreas e o aumento da oferta local de bens e serviços que contribuam para o desenvolvimento e a maior competitividade dos demais setores da economia, com efeitos positivos para o cidadão brasileiro.

Sua estrutura organizacional é composta pelo Departamento de:

Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC;
Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;
Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC;
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC tem por finalidade subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação além de participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, da propriedade intelectual, serviços, da internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador - CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, fortalecimento e consolidação de micros, pequenas e médias empresas, software livre, programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso a internet e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos

setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Essa coordenação tem como missão estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, bem como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei 8.248/91.

2.2.1. Síntese de algumas realizações da SEPIN, no exercício de 2009. O Conteúdo detalhado dessas realizações poderá ser identificado nos tópicos seguintes que tratam da gestão das Ações/Programas.

2.2.2. Software

O Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – PACTI destaca como uma de suas prioridades o setor de software e serviços de tecnologia da informação, por meio do Programa de Estímulo ao Setor de Software e Serviços de TI. O Programa visa implementar ações que endereçam os principais gargalos para que a indústria brasileira de software e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, tornar o Brasil uma das referências no cenário internacional do setor.

As ações no âmbito do Programa visam:

- Formar e capacitar recursos humanos
- Incrementar a competitividade do setor
- Promover melhores práticas
- Fortalecer o mercado nacional
- Incentivar segmentos emergentes
- Fomentar pesquisa e desenvolvimento
- Consolidar informações sobre software e serviços de TI

Resultados

Formação e capacitação de recursos humanos: Com base em programa aprovado pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, o MCT tem desenvolvido um conjunto de ações destinadas a formar e capacitar recursos humanos nos diversos níveis de escolaridade necessários para atuar no setor. Nesse sentido, ocorreram em 2009 ações para dar continuidade a iniciativas dos anos anteriores, tanto junto ao CNPq quanto no âmbito do Programa Prioritário SOFTEX, para: *i)* ampliar o número de programadores de nível médio; *ii)* adequar a formação de profissionais por escolas de nível médio e superior às necessidades das empresas; *iii)* reciclar e especializar os conhecimentos de profissionais que atuam no setor e *iv)* estimular a formação de pesquisadores e multiplicadores de conhecimento em temas relacionados a engenharia de software por meio da oferta

adicional de bolsas de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação no País. Tais ações resultaram na:

- implantação de seis Centros de Residência em Software e 20 Centros de Extensão Inovadora em Software,
- implementação de 38 bolsas adicionais de doutorado em programas de Engenharia de Software e
- capacitação de 1.300 profissionais em desenvolvimento de software em dois programas piloto com projetos em várias unidades da Federação.

Incrementar a competitividade do setor: Nesse tema, o Plano prevê medidas para aperfeiçoar o marco legal, particularmente no tocante a desoneração tributária, com a finalidade de fortalecer empresas de software e serviços que exerçam atividades no País para atender as demandas local e internacional em condições competitivas de preço e qualidade. Em 2009, foi emitido o Decreto nº 6.945, de 21 de agosto de 2009, que estabeleceu desoneração da folha de pagamento de empresas que exportem serviços de TI.

Promover melhores práticas: O Plano visa estimular a adoção das melhores práticas de engenharia de software pelas empresas do setor em seu processo de desenvolvimento, bem como nos processos de aquisição de software e serviços de TI pelo conjunto dos setores da economia que os utilizam, em conformidade com o estado da arte e as normas internacionais de qualidade aplicáveis.

Meta: Implementar melhores práticas em pelo menos 400 empresas de software e serviços de TI até 2010, especialmente nas PMEs, por meio de avaliações nos modelos MPS.BR ou CMMI.

- O quadro a seguir apresenta um resumo das metas previstas até 2010 e realizadas até 2009:

| Ano | Previsto | Realizado |
|------|------------------------------|--|
| 2007 | No ano:100 Acumulado: 100 | MPS.BR: 72 CMMI: 58 Total: 130 |
| 2008 | No ano:80 Acumulado: 180 | MPS.BR: 107 CMMI: 79 Total: 186 |
| 2009 | No ano:100 Acumulado: 280 | MPS.BR*: 203 CMMI**: 117 Total: 320 |
| 2010 | No ano:120 Acumulado: 400 | MPS.BR: CMMI: Total: |

** Até 31/12/2009 foram: 203 empresas com avaliações publicadas; 17 Instituições Implementadoras credenciadas; 13 Instituições Avaliadoras credenciadas; 3979 pessoas treinadas nos cursos oficiais do MPS.BR e 1230 pessoas aprovadas nas provas oficiais do MPS.BR*

***Com relação às avaliações vigentes até setembro de 2009, temos as seguinte distribuição: Nível 1 - 4 empresas Nível 2 - 57 empresa; Nível 3 - 46 empresas; Nível 4 - 1 empresa; Nível 5 - 9 empresas*

Fortalecer o mercado nacional: O Plano estabelece ações que visam induzir a expansão do uso de tecnologias de informação e comunicação nas cadeias produtivas, particularmente nas micro, pequenas e médias empresas, bem como a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento tanto para as empresas do setor, quanto para os usuários de seus produtos e serviços.

Incentivar segmentos emergentes: Incentivar o desenvolvimento de software e serviços mediante parcerias com empresas e centros de pesquisa em segmentos emergentes e de alto potencial de crescimento, tais como, comunicação sem fio, TV digital, visualização, entretenimento, software como serviço e aplicações para novas modalidades de computação, por ex. *clusters* de computadores e computação em grade (*grid*) e em nuvem (*cloud*). Foram estabelecidas duas redes de competência nos temas ‘Software Público Brasileiro’ e ‘Visualização Avançada’ e preparadas ações do FNDCT para criação de mais duas redes em 2010 nos temas ‘Segurança da Informação e Criptografia’ e ‘Reuso em Software’.

Fomentar pesquisa e desenvolvimento: Apoiar o desenvolvimento de projetos de P,D&I em computação em áreas consideradas de alta complexidade e grande desafio, que estejam sintonizados com as necessidades nacionais. Adicionalmente, estimular e acompanhar os projetos de P&D em software que são desenvolvidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática.

Consolidar informações sobre o setor de software e serviços de TI: Apoiar o levantamento, a organização e a divulgação de informações sobre o setor de software e serviços de TI do Brasil. Em 2009, foi lançada a primeira edição da publicação ‘Software e Serviços de TI – A Indústria Brasileira em Perspectiva’ que divulga informação inédita sobre o setor e também foi colocada a disposição do público uma página na Internet com os dados nos quais a publicação foi baseada.

2.2.3. Microeletrônica

As ações mais significativas realizadas desde 2002 para o desenvolvimento tecnológico do setor de microeletrônica no Brasil foram as seguintes:

- i. infraestrutura - construção e implantação do CEITEC – design house e fábrica de semicondutores;
- ii. programa de formação e capacitação de recursos humanos – bolsas de pós-graduação, revisão de currículos, criação de novos cursos e estágios em empresas e instituições de P&D no Brasil e no exterior;
- iii. marco regulatório – desoneração de investimentos industriais e incentivo à pesquisa e o desenvolvimento – Lei no 11.484, de 2007, que criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD;
- iv. financiamento a projetos de circuitos integrados, parceria instituições de P&D e empresas, via editais da FINEP;

- v. implementação do Programa CI-Brasil que apóia a formação e operação de centros de projetos de circuitos integrados.

Todas essas iniciativas foram consolidadas no Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional - PACTI, que adicionalmente estabeleceu metas com o objetivo de ampliar as ações e atividades nessa área e também atender a dois macro-objetivos do PPA, quais sejam: (i) implementar uma infra-estrutura de P&D,I eficiente e integradora, distribuída pelo território nacional e (ii) elevar a competitividade dos diferentes setores industriais pela incorporação de circuitos integrados nos diversos. Outra importante iniciativa relacionada à tecnologia de semicondutores consiste na capacitação de pesquisadores e de laboratórios para a prospecção de novas tecnologias em dispositivos mecânicos, ópticos e eletrônicos, nanoeletrônica, polímeros, em mostradores (displays) e outras tecnologias afins.

Em 2007, a implementação do Programa 8.1 Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Eletrônica e de Semicondutores do PACTI teve início. As medidas e ações propostas do PACTI continuaram a ser executadas em 2008, alinhadas e integradas a partir de maio com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. A PDP além de estabelecer novas metas, prevê também medidas adicionais e complementares para fortalecer o setor de microeletrônica no País. O presente documento apresenta um relatório de execução das ações e atividades nesta área no ano de 2008.

2.2.3.1. O Programa 8.1 do PACTI

Os Programas 8.1 a 8.3 que integram o PACTI abrangem um conjunto de ações, medidas e metas para o setor de tecnologia da informação e comunicação, visando ampliar os investimentos do País em pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos e melhoria da infraestrutura de pesquisa e inovação. O Programa 8.1 foca na cadeia produtiva dos equipamentos eletrônicos, identificada como de pouca expressão no cenário brasileiro, o que acarreta importações com tendência de crescimento, dependência tecnológica e baixa competitividade da indústria brasileira.

O Programa 8.1- Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias de Eletrônica e de Semicondutores, então, consolidou as ações e medidas já priorizadas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE para a área de semicondutores e serviu de referência para a elaboração da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, Programa de Tecnologia da Informação e Comunicação.

As ações e medidas propostas concentram-se em quatro tópicos:

- a) Programa Nacional de Microeletrônica – apoio ao programa CI-Brasil, formação e capacitação de recursos humanos,
- b) Apoio a projetos de desenvolvimento de tecnologias de material avançado para aplicação em dispositivos eletrônicos
- c) Concessão de subvenção econômica para empresas, por meio da FINEP
- d) Ampliação e aperfeiçoamento do marco legal de incentivos e benefícios fiscais para o setor.

Cabe destacar que as diretrizes do Programa 8.1 serviram de referência e definiram prioridades para as ações do Fundo de Informática (Ações Verticais), do FNDCT – Ações Transversais e Editais de Subvenção da FINEP no período 2007-2010. Dessa forma, a maioria das metas estabelecidas serão cumpridas até o final de 2010.

Inicialmente, cabe mencionar que o Programa 8.1 do PACTI 2007-2010 está subdividido em 4 sub-programas:

- (i) Sub-programa Nacional de Microeletrônica, Semicondutores e Dispositivos, abrangendo as atividades das *design houses* e de treinamento do Programa CI-Brasil; a implementação e operacionalização do Centro de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC; formação e capacitação de recursos humanos; cooperação Sub-programa de Desenvolvimento de Tecnologias de Material Avançado;
- (ii) Sub-programa de Fomento a Projetos de P,D&I na área de componentes eletrônicos - apoio financeiro para projetos de centros de P,D&I, para o desenvolvimento de circuitos integrados dedicados, de interesse de indústrias locais, a partir de editais competitivos da FINEP e outros instrumentos de fomento; apoio a projetos mobilizadores do setor público, identificando nichos de oportunidade tais como o “chip do boi” e o sistema de identificação veicular, nota fiscal eletrônica, e promovendo o estímulo às atividades de P,D&I por meio de projetos mobilizadores dos grupos nacionais, como o realizado no projeto da TV Digital brasileira; e
- (iii) Sub-programa de Revisão e Aperfeiçoamento do marco legal do setor de TIC.

Em relação ao sub-programa (iv), que objetiva revisar e aperfeiçoar o marco legal do setor de TIC, foram elaboradas propostas nos subgrupos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com a participação de representantes do MCT, MC, MDIC, MF, BNDES, FINEP, ABDI e outros. As primeiras medidas já previstas no lançamento da PDP foram aprovadas e regulamentadas.

As novas medidas para aperfeiçoar e complementar o PADIS, o PATVD, a Lei de Informática e a Lei do Bem foram aprovadas e implementadas na MP 472, 15 de dezembro de 2009. A MP 472 cria os Programas PROUCA e RECOMPE, amplia o prazo de vigência da redução da alíquota do PIS/COFINS para dezembro de 2014, reduz em 25 pontos percentuais o investimento mínimo obrigatório em P&D para os fabricantes de microcomputadores e, especificamente em relação ao PADIS: (i) inclui os dispositivos semicondutores com tecnologia *chip on board*, (ii) reduz a cumulatividade dos investimentos em P&D entre as Leis nº 11.484/2007, Lei nº 8.248, de 1991 e Lei nº 8.387, de 1991 e. (iii) prevê a possibilidade de redução da alíquota do II a zero para importações de máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas computacionais e insumos, por empresa beneficiária do PADIS. As demais medidas de revisão e aperfeiçoamento do PADIS, PATVD e Lei de Informática ficaram pendentes e continuarão a ser avaliadas em 2010.

2.2.3.2. Metas e resultados para o período 2007-2010 do PACTI para o setor de microeletrônica

2.2.3.2.1. Programa CI-Brasil - ampliar de 7 para 15 o número de Centros de Projetos

Previsto em 2009: 3 novos centros

Execução: o Edital CNPq nº 059/2008, de 2 de outubro de 2008, para a seleção de novos centros e empresas de projeto de circuitos integrados (DH's) que integrarão o Programa CI-Brasil selecionou e aprovou 12 novos projetos. Foram contratados em 2009 111 projetos.

Situação: A meta prevista para o período 2007-2010 foi cumprida em 2009. Não foram identificadas restrições para o cumprimento desta meta.

2.2.3.2.2. CEITEC - concluir as obras e colocar em operação a unidade de fabricação de pequenas séries e de prototipagem de circuitos integrados

Execução:

- Aprovada a Lei nº 11.759, de 31.07.2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC S.A.
- Publicado o Decreto nº 6.338, de 7.11.2008, regulamentando a Lei no 11.759, de 2008, e criando a empresa pública CEITEC S.A.
- Início em setembro do transporte dos equipamentos para a unidade de fabricação;
- Contratação das etapas de adequação da sala limpa (“hook up”) e da revisão e instalação dos equipamentos (“set up”) – Aviso de Licitação Concorrência MCT nº 1/2008, de 30 de setembro de 2008, concluída em 24 de dezembro de 2008.

Situação: considerando as ações realizadas em 2009 e as atividades pendentes, a previsão de conclusão das obras e o início da operação da unidade de fabricação foi postergado para 2010.. As restrições para o cumprimento da meta são de natureza orçamentária: restrição ou falta de recursos adicionais para a execução dos serviços de *hook-up* e de revisão, instalação e pré-operação dos equipamentos – etapa *set up*

2.2.3.2.3. Projeto de desenvolvimento de circuitos integrados – desenvolver 200 projetos

Previsto em 2009: 70 projetos

Execução: Nenhum projeto contratado.

Situação: Encaminhado Termo de Referência para a FINEP para elaboração de edital visando a contratação de projetos de sistemas em RF-ID no segundo semestre de 2009. No entanto, a FINEP estuda uma nova modalidade de contratação

2.2.3.2.4. Formação e Capacitação de RH – apoiar a capacitação de 2000 especialistas em projetos de circuitos integrados e formação de 400 mestres e doutores na área até 2010

Previsto em 2009: capacitação de 200 especialistas e formação de 200 mestres e doutores.

Execução: 340 projetistas formados nos dois Centros de Treinamento

Situação: em 2009 houve falta de recursos para a implantação dos dois novos centros de treinamento previstos, o que reduziu o número de total de projetistas formados no ano de 2009. Por outro lado, houve a formação da equipe de instrutores brasileiros do Programa, todos certificados pela empresa contratada, conforme previsto inicialmente. A duração dos cursos foi reavaliada e a partir de 2010 os cursos terão duração de 12 meses e não mais serão divididos em duas fases. A não implantação dos novos centros também foi o resultado da redução na procura pelos projetistas, uma vez que tanto no mercado interno como no mercado internacional, o setor passou por uma crise em 2009. Em 2010 deverá ser implantado pelo menos mais um centro de treinamento, prevendo-se a capacitação de 400 projetistas.

2.2.3.2.5. Apoio e modernização da infra-estrutura de P,D&I – modernizar e ampliar a infra-estrutura de 10 centros de pesquisa

Previsto em 2009: 4 centros

Realizado: nenhum projeto foi contratado

Situação: Não foram destinados recursos para esta ação, em função da restrição orçamentária ocorrida em 2009.

2.2.3.2.6. Apoio a projetos de novos materiais eletrônicos – criar 1 laboratório-fábrica na área de semicondutores orgânicos e apoiar projetos de P,D&I

Previsto em 2009: 3 projetos

Realizado: Nenhum projeto contratado.

Situação: Não foram destinados recursos para esta ação, em função da restrição orçamentária ocorrida em 2009.

2.2.3.3. Outras ações desenvolvidas

2.2.3.3.1. Aquisição de licenças dos programas de computador para projeto de circuitos integrados (software *Electronic Design Automation* – EDA), destinadas às instituições de ensino e pesquisa brasileiras

Realizado: desde 2005, com recursos do Fundo de Informática (R\$ 500 mil) e coordenação da Fundação de Apoio ao CTI – FaCTI, da Sociedade Brasileira de Microeletrônica – SBMicro e do Laboratório de Sistemas Integráveis –LSI-TEC, foram adquiridas licenças EDA das maiores empresas mundiais (*Cadence, Mentor Graphics e Synopsys*) para mais

de 20 instituições brasileiras de ensino e pesquisa, tanto públicas como privadas, que atuam na área de projeto de circuitos integrados.

Situação: Em 2009, com recursos dos Programas Prioritários (PPIs) foram adquiridas licenças acadêmicas para uso nas instituições de ensino e pesquisa, considerando que não houve disponibilidade de recursos do Fundo de Informática, conforme previsto inicialmente. O LSI-TEC recebeu em agosto/2009, um aporte de R\$ 200 mil.

2.2.3.4. Ações de coordenação e gestão do Programa CI-Brasil

Realizado: Foram realizadas 4 reuniões da Comissão de Coordenação do Programa CI-Brasil durante o ano de 2009. De uma forma geral, foram apresentadas e avaliadas as ações em andamento e os principais resultados obtidos pelos centros de projeto, bem como as atividades desenvolvidas pelos três grupos de trabalho – recursos humanos, plano de negócios e capacitação técnica e P&D.

As ações previstas para 2009 foram reduzidas em decorrência da falta de recursos. Como resultado da avaliação realizada e concluída em 2009, foi identificado que o maior desafio para os centros de projeto é a busca da sustentabilidade econômica,

2.2.3.5. Processos Produtivos Básicos (PPBs)

Realizado: Por intermédio da fixação de regulamentos de Processos Produtivos Básicos (PPB) pelo GT-PPB, constituído de representantes do MCT, MDCI e Suframa, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes do tipo circuitos integrados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs pelo menos a etapa de projeto (*design*), enquanto não se dispõe no País as etapas de fabricação de componentes. Foram aprovados ou revisados diversos PPB com a previsão de utilização de memórias Flash, memórias DRAM, *smart cards* e *chips* para RFID. Em 2009, merece destaque o PPB fixado pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCT nº 215 e nº 216, de 17 de dezembro de 2009, que estabeleceram o PPB para a fabricação de dispositivos de cristal líquido (LCD) para televisores, monitores e demais produtos da posição NCM 8471. Como resultado, a empresa Philips anunciou o investimento industrial em Manaus.

No ano de 2009 foram publicadas 88 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, destas 28 foram do setor de informática. Estão em análise mais de 30 propostas de alteração e fixação de PPB.

Para 2010, pretende-se continuar o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para que mais recursos sejam destinados ao desenvolvimento e fabricação de circuitos integrados, bem como de *displays*, células fotovoltaicas, etc.

2.2.4. No âmbito da Lei de Informática e do Decreto 5.906/06 nas ações prioritárias estabelecidas para o ano de 2009, destacam-se as seguintes metas institucionais para o período de janeiro a dezembro de 2009, fixadas pela Portaria MCT nº 180, de 16 de março de 2009:

- Avaliar as atividades desenvolvidas em, pelo menos, seis centros de projetos de circuitos integrados no Programa CI-Brasil;

- Avaliar e acompanhar dez grandes projetos nas áreas de Semicondutores e TV Digital;
- Realizar, pelo menos, dois eventos regionais, no âmbito do PBPQ-Software, para acompanhamento dos projetos submetidos ao Ciclo 2007;
- Avaliar e acompanhar a execução de, pelo menos, quatro projetos dos programas prioritários;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento do Processo Produtivo Básico de, pelo menos, quinze empresas incentivadas pela Lei nº 8.248/1991;
- Reconhecer a condição de Bens Desenvolvidos no País para, pelo menos, dez empresas incentivadas;
- Credenciar, pelo menos, cinco centros, ou institutos de pesquisa, ou entidades brasileiras de ensino, ou incubadoras de empresas de base tecnológica em TI;
- Acompanhar e avaliar a execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento de, pelo menos, cinco projetos em instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI e em cinco empresas incentivadas pela Lei 8.248/91;
- Analisar, pelo menos, quatrocentos relatórios demonstrativos das empresas incentivadas pela Lei nº 8.248/1991; e

Adicionalmente às atividades previstas nas metas institucionais destacamos em 2009 o desenvolvimento e a atualização do sistema de gestão informatizado da Lei de Informática – Sigplani, dos seguintes Módulos: Módulo coleta de dados de atividades de P&D (Relatório Demonstrativo ano base 2009), Módulo Parecer de Relatório Demonstrativo, Módulo Pleito de Reconhecimento de Produto Desenvolvido no Brasil (produtos já incentivados) e Módulo Pleito de Incentivos (novos produtos). Dos módulos citados estão em operação o Módulo coleta de dados de atividades de P&D (Relatório Demonstrativo ano base 2009) e o Módulo Parecer de Relatório Demonstrativo.

2.2.4.1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de desempenho operacional relacionados com as atividades realizadas no exercício.

Cabe ressaltar, que as metas institucionais previstas para o exercício de 2009 foram plenamente alcançadas e em alguns casos foram significativamente superadas. Citamos por exemplo, a análise de reconhecimento da condição de bem desenvolvido no País que atingiu o número superior a 30 empresas. Esta melhora no desempenho já reflete o resultado da incorporação de servidor concursado com qualificação adequada para o desempenho dessas funções.

Concessão de Benefícios Fiscais.

a) – **Utilidade:** atividade prevista em Lei com a finalidade de fortalecer a capacitação e competitividade das empresas e a base tecnológica do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

b) – **Eficiência, eficácia e efetividade:**

b.1) – **Eficiência:** redução dos prazos de deliberação dos pleitos de concessão relativamente ao ano de 2008.

b.2) - **Eficácia:** as metas fixadas para 2009 foram alcançadas.

b.3) – **Efetividade:** Os pleitos de concessão, o reconhecimento de bens desenvolvidos no País, resultaram na implantação de novas indústrias, expansão do parque fabril.

c) – **Fórmula de cálculo:** não se aplica.

d) – **Método de aferição:** levantamento de dados.

e) – **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenador Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.

f) – **Resultado do indicador no exercício:** os resultados alcançados nos dois exercícios (2008 e 2009) mostra uma melhoria significativa na produtividade e em consequência na efetividade.

g) – **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** há uma grande dificuldade em ampliar -- tanto o número de pleitos a serem analisados quanto a quantidade de empresas a serem fiscalizadas em cada exercício -- em função da reduzida força de trabalho. A atividade de concessão é realizada em conjunto com o MDIC/MF que são elementos importantes no desempenho operacional global, enquanto a atividade de reconhecimento de bens desenvolvidos no País e realizada apenas pela SEPIN/MCT.

h) - **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:**

- Implementação de sistema informatizado para suporte à análise de pleitos de concessão.
- Aperfeiçoamento da metodologia nos trabalhos da Câmara Técnica Interministerial MCT/MDIC/MF, para análise conjunta dos pleitos de concessão de incentivos.

Acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.

a) – **Utilidade:** atividade prevista em Lei com a finalidade de acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações concernentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas incentivadas.

b) – **Eficiência, eficácia e efetividade:**

b.1) – **Eficiência:** redução substancial do prazo de comunicação do resultado da análise dos relatórios demonstrativos - RD às empresas incentivadas.

b.2) – **Eficácia:** as metas fixadas para 2009 foram alcançadas.

b.3) – **Efetividade:** para alcançar o objetivo desejado – realizar a análise dos relatórios demonstrativos no mesmo ano de sua coleta – necessita-se dispor de quadro mínimo permanente de servidores capacitados.

c) – **Fórmula de cálculo:** não se aplica.

d) – **Método de aferição:** levantamento de dados.

e) – **Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Coordenador Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.

f) – **Resultado do indicador no exercício:** houve uma diversificação e distribuição em todas as regiões do País, das atividades de pesquisa e desenvolvimento em relação aos anos anteriores, demonstrando maior interesse das empresas e instituições de ensino e pesquisa em ter mais temas de interesse em suas atividades de P&D, no setor de tecnologia da informação.

g) – **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** a equipe de análise disponível em janeiro de 2009 era de 03 analistas, em junho de 2009 a equipe foi ampliada para 07 (sete) analistas, com a admissão de 04 concursados.

h) - **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:**

- Utilização de recursos de tecnologia da informação no auxílio da elaboração da análise de relatórios demonstrativos, com início da fase experimental do Módulo Parecer de Relatório Demonstrativo, no segundo semestre de 2009.

2.2.5. Redes e Mídias

As ações de desenvolvimento de produtos, serviços e aplicativos de TIC para suporte às atividades de P&D&I em redes cooperativas são voltadas para gerar novos produtos, serviços e aplicações-piloto para suporte ao trabalho em redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento. Esse trabalho é baseado em comunicação, computação, armazenamento e aplicações interoperáveis e middleware que permitam a federação de recursos de informação (bibliotecas digitais, sistemas de gestão e fomento, bases de indicadores, objetos educacionais, IPTV, etc.), com mecanismos distribuídos de autenticação, autorização e contabilização.

Em 2009, foi criado por meio do Decreto nº 6.868, de 04 de julho de 2009, o Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – ProTIC, cujo objetivo é de incentivar, apoiar, coordenar e avaliar atividades e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações, de formação de recursos humanos em decorrência dessas atividades e projetos, de eventos técnico-científicos e de programas de cooperação internacionais, inclusive na produção de conteúdos, na área de tecnologias digitais de informação e comunicação, em particular na promoção do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. O Comitê Gestor do programa reuniu-se por duas vezes em 2009 e definiu as áreas e projetos que serão objeto de apoio em 2010. Houve também o início de atividade dos projetos no âmbito do Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação – CTIC, que foram objeto de processo de seleção em 2008 em temas relacionados à TV digital. Foram aprovados seis projetos que envolvem diversas instituições que trabalham em rede, conforme descrito na tabela abaixo:

| Projetos Aprovados | Valor [R\$] |
|--------------------|-------------|
|--------------------|-------------|

| | milhão] |
|---|----------------|
| 1. GingaFrevo & GingaRAP: i) Criação de um conjunto de ferramentas de suporte a autoria e difusão de dados em conformidade com o middleware Ginga; ii) Desenvolvimento do middleware Ginga para plataformas ligadas a Internet e iii) Mecanismos para facilitar a instanciação do núcleo comum do Ginga em diversas plataformas, sistemas de comunicação e dispositivos [PUC-Rio + 18 instituições] | 3 |
| 2. SoC-SBTVD: Especificação, desenvolvimento e integração de um protótipo de SoC para Terminais de Acesso do padrão brasileiro de televisão digital [UnB + 4 instituições] | 2 |
| 3. SIRDAI-TV Digital: Sistemas de recepção com diversidade e antenas inteligentes [INATEL + 6 instituições] | 2 |
| 4. Terminal de Acesso: Desenvolvimento de uma arquitetura aberta, livre e escalável de terminal de acesso em conformidade com as normas vigentes do SBTVD [CTI + 5 instituições] | 3 |
| 5. H.264-SETUP: Desenvolvimento de procedimentos sistemáticos para a configuração dos diversos parâmetros de codificadores H.264, de modo a obter um compromisso ótimo entre a qualidade, a taxa de compressão e o retardo de codificação [UnB + 4 instituições] | 1 |
| 6. STB-SCAN: Ferramenta de coleta de dados para análise e monitoramento remoto de sinais, a ser introduzida em set top boxes como uma Interface de Programação de Aplicativos (API) do middleware Ginga [UNICAMP + 4 instituições] | 1 |
| Total | 12 |

2.2.6. Dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos da SEPIN

As principais atividades da SEPIN são: a concessão de incentivos fiscais objetivando a habilitação de empresas produtoras de bens de informática e automação à fruição dos incentivos fiscais; o acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento realizados pelas empresas beneficiárias a título de contrapartida aos incentivos auferidos; e a formulação e implementação de políticas de fomento aos segmentos de software e semicondutores.

Das atividades muitas realizadas pela SEPIN, grande parte dos esforços – e que absorvem o maior contingente dos servidores - são direcionados às atividades previstas em Lei, ou sejam, análise de pleitos de concessão de incentivos e a análise dos relatórios demonstrativos relativos à aplicação em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei de Informática pelas empresas.

Essas atividades envolvem investimentos da ordem de centenas de milhões de reais, cabendo, assim, a cada analista examinar o adequado enquadramento como efetiva atividade de P&D, nos termos da legislação, tanto em face do contido nos pleitos e relatórios, como muitas vezes mediante inspeção in loco, ante a complexidade dos projetos e sua importância econômica.

2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.3.1. Programas

Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

| | |
|-----------------------------|---|
| Tipo de programa (1) | Finalístico |
| Objetivo geral (2) | Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações |

| | |
|--|---|
| | voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional. |
| Objetivos Específicos (3) | Incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas. |
| Gerente do programa (4) | Luiz Antonio Rodrigues Elias |
| Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5) | |
| Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6) | <ul style="list-style-type: none"> I. Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos; I. Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas; I. Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos; Y. Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) ; Y. Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados; I. Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas; e I. Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas. |
| Público-alvo (beneficiários) (7) | Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica. |

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

| | |
|---|--|
| Tipo da Ação: (1) | Atividade |
| Finalidade(2) | Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. |
| Descrição(3) | Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4) | 240112 - Secretaria Executiva - MCT |

| | |
|--|---|
| Unidades executoras | 240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(5) | 240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. |
| Coordenador nacional da ação(6) | Luiz Antonio Rodrigues Elias |

a) Principais resultados:

A execução do orçamento desta ação foi realizada no apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da SEPIN dentre outras, envolveu pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e, demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

b) Principais Problemas:

Não houve.

c) Contratações e Parcerias:

INSTITUIÇÃO: Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX. **OBJETO:** Realização do projeto Mercado de Trabalho e Formação de Mão-de-obra em Tecnologia da informação. O projeto visa Aprimorar entendimento sobre o processo de formação e adequação de profissionais em ocupações de interesse para o setor de TI e sobre os impactos que a demanda do mercado pode ter sobre a formação e capacitação de tais profissionais no curto e médio prazo.

d) Transferências:

A Associação Software Livre.Org- A Associação Software Livre.Org - ASL apresentou o projeto “Campus Party Brasil 2010”, realizado no período de 25 a 31 de janeiro de 2010.

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI- Apoio ao projeto “Implantação CTI Nordeste”

A Universidade Federal do Ceará – UFC - apresentou o projeto do “IV Fórum dos Institutos de P&D e Inovação e do II Congresso Tecnológico”.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - apresentou o projeto “XXIX Congresso da Sociedade Brasileira da Computação- CSBC2009”, realizado no período de 20 a 24 de julho de 2009.

2.3.2.1.1.1. Dados gerais

| Tipo da Ação(1) | Atividade |
|------------------------|------------------|
|------------------------|------------------|

| | |
|--|---|
| Finalidade(2) | Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecê-la e para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo, a fim de transformar o Brasil em uma das referências no cenário internacional do setor. |
| Descrição(3) | Apoio a projetos de formação e capacitação de recursos humanos; promoção de melhores práticas de engenharia de software; fomento ao uso de software e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil; apoio a implantação de um sistema de informação da indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação; promoção de parcerias empresas-universidades para o desenvolvimento de segmentos emergentes; realização de eventos que visem divulgar e discutir a indústria brasileira de software e serviços correlatos, tais como: assessoria e consultoria em informática, suporte técnico do como instalação, configuração e manutenção de sistemas de tecnologia da informação; proposição e apoio à medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de forma a permitir maior competitividade à indústria brasileira de software. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4) | 240116 – Secretaria de Política de Informática |
| Unidades executoras(5) | 240116 – Secretaria de Política de Informática; |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(6) | 240116 – Secretaria de Política de Informática |
| Coordenador nacional da ação | Antenor Cesar Vanderlei Corrêa |

a) Principais resultados:

A presente ação tem como objetivo a formalização de parcerias estratégicas para a divulgação do programa por meio de elaboração de estudos, implantação de projetos pilotos, apoio financeiro para realização de seminários, Workshops, e eventos diversos. Um dos papéis do MCT na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), é financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas e em projetos de cooperação entre universidades (ICTs) e empresas. Outro papel é promover articulações e iniciativas para a inovação nos setores estratégicos: software, microeletrônica, produtos farmacêuticos e bens de capital

b) Principais Problemas:

| TIPO | DESCRIÇÃO | PROVIDÊNCIA |
|------------------------|--|---|
| Orçamentárias | Limite financeiro desproporcional, inferior, ao Limite orçamentário definido para unidade. | Será necessário alterar os critérios de distribuição de limites orçamentários e financeiros à realidade de cada Secretaria. |
| Administrativas | Atrasos nas execuções dos convênios e seus respectivos pagamentos. | Foram realizados contatos e gestões junto aos convenientes para aplicar maior celeridade na execução dos convênios. |

c) Contratações e Parcerias:

INSTITUIÇÃO: Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – **SOFTEX. OBJETO:** Realização do projeto Mercado de Trabalho e Formação de Mão de

obra em Tecnologia da informação. O projeto visa Aprimorar entendimento sobre o processo de formação e adequação de profissionais em ocupações de interesse para o setor de TI e sobre os impactos que a demanda do mercado pode ter sobre a formação e capacitação de tais profissionais no curto e médio prazo.

d) Transferências:

Convênios:

10º FÓRUM INTERNACIONAL SOFTWARE LIVRE – FISL: Apoio financeiro a realização do 9º Fórum Internacional Software Livre – FISL, realizado de os dias 24 a 27 de junho de 2009 em Porto Alegre - RS. O evento acontece anualmente na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. O fórum é considerado um dos maiores eventos do mundo na área por proporcionar uma discussão técnica, política e social sobre software livre de forma integrada. Reúnem discussões, palestras, painéis, personalidades e novidades nacionais e internacionais relacionadas ao desenvolvimento do setor de software livre. A realização do 10º fórum internacional de software livre congregou desenvolvedores membros da comunidade de software livre, usuários, segmento governo, empresas privadas, docentes e discentes de universidades. No evento foram apresentadas palestras técnicas, painéis e cases nas áreas bancária, saúde, educação, gestão municipal, hardware e segurança, o que demonstra a grande evolução na oferta de aplicativos ocorrida, bem como uma análise das tendências projetadas par os próximos anos. Os Técnicos da Secretaria de Política de Informática – SEPIN colaboraram com a montagem e manutenção do estande conjunto do Governo Federal composto pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento Orçamento e Gestão, e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação que firmaram parceria para a montagem de um estande conjunto do Governo Federal durante o evento, bem como participaram das palestras técnicas e não técnicas, e de oficinas de temas específicos relacionados ao Software Livre.

7º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios- Rio INFO2009 é um evento dedicado à Tecnologia da Informação TI. O evento que reuniu empresários, profissionais e acadêmicos nacionais e internacionais que buscaram novas oportunidades de mercado e realização de negócios em um espaço para apresentação de novas ideias e troca de experiências, além de discutir temas atuais como a Política Governamental para o Setor. Dessa forma, o evento em questão expressou em oportunidade para melhor apresentar os incentivos para o setor de TI, os mecanismos a serem apresentados contribuirão para o desenvolvimento das empresas inseridas no setor.

Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP– “VIII Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software – SBQS’2009”, realizado em Ouro Preto-MG no período de 01 a 05 de julho de 2009. O SBQS teve como objetivo reunir empresários, profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de diversas áreas, interessados em questões relativas à qualidade de software, em um evento de divulgação e troca de experiências, promovendo a integração Universidade/ Empresa.

Fundação Universidade de Brasília- A UNB “(ERI-CO1 2009)”, realizado no período de 17 a 19 de agosto de 2009, A ERI-CO1 2009 teve como objetivo integrar as instituições de ensino superior da região centro oeste, a fim de promover a divulgação e debates de informações técnico-científicas relevantes da área de Tecnologia da Informação -TI em evidência no País.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS- realizou o projeto “9ª Conferência Mundial em Computação na Educação- (9th World Conference on Computers in Education) WCCE 2009”, no período de 27 a 31 de julho de 2009. A realização da 9ª WCCE 2009, teve como objetivo explorar diferentes perspectivas dentro do tema, a fim de cobrir todos os níveis de educação formal e a educação informal, bem como aspectos sociais e desafios que são enfrentados pelos países em desenvolvimento.

2.3.2.1.1.2. Metas e resultados da ação no exercício

| Previstas | | Realizadas | |
|-----------|--------------|------------|------------|
| Física | Financeira | Física | Financeira |
| 5 | 1.000.000,00 | 6 | 969.812,15 |

A dotação orçamentária autorizada na LOA 2009 para a Ação 4967 totalizou R\$ 1.000.000,00 para despesas de custeio. Foram empenhados R\$ 969.812,15 dos recursos previstos para o exercício de 2009 para aplicação nos 06 projetos acima listados.

Execução Financeira

| NOME FAVORECIDO | OBJETO | EMPENHADO |
|---|---|------------|
| Universidade Federal de Ouro Preto | SBQS'2009 | 76.220,13 |
| Fundação Universidade de Brasília | ERI-CO1 2009 | 23.587,50 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | WCCE 2009 | 69.562,52 |
| Assoc Soft Livre.ORG | 10º FÓRUM INTERNACIONAL SOFTWARE LIVRE – FISL | 110.000,00 |
| RIO INFO | 7º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios | 60.000,00 |
| BRASSCOM | Atualização do Estudo do Mercado Internacional de Tecnologia da Informação e elaboração de um “Book Brasil de T.I.”. | 483.000,00 |
| SOFTEX | capacitação de oito Agentes Softex, para aumentar seu envolvimento na coordenação descentralizada do Projeto Setorial Integrado para a Exportação de Software e Serviços Correlatos Brasileiros (PSI-SW). | 109.440,00 |
| SOFTEX | Mercado de Trabalho e Formação de Mão-de-obra em Tecnologia da informação | 38.000,00 |

2.3.2.1.2. Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores.

| | |
|---|--|
| Tipo da Ação(1) | Atividade |
| Finalidade(2) | Implantar no País um ecossistema microeletrônico, composto por uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de componentes eletrônicos que permita a incorporação desses dispositivos produtos e processos de produção em diversos setores industriais, com ganhos de produtividade, inovação e competitividade. |
| Descrição(3) | Estimulo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, em parcerias com universidades e centros de pesquisa, objetivando a incorporação em seus produtos de componentes semicondutores desenvolvidos no País; Atração, criação e implantação de investimentos em projeto e fabricação de circuitos integrados no Brasil; Incentivar a implantação, modernização e atualização da infra-estrutura de P&D dos centros de pesquisa nacionais; Consolidação tecnológica e operacionalização da unidade de prototipagem de circuitos integrados em Porto Alegre (CEITEC); Apoio à formação e capacitação de recursos humanos especializados em projeto e processo de fabricação de circuitos integrados; Promoção de programas de cooperação tecnológica com instituições internacionais de excelência nas áreas de microeletrônica, nanoeletrônica e dispositivos micro-eleto mecânicos (MEMS). |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4) | 240116 – Secretaria de Política de Informática |
| Unidades executoras(5) | 240116 – Secretaria de Política de Informática; |
| Áreas responsáveis gerenciamento ou execução(6) | 240116 – Secretaria de Política de Informática |
| Coordenador nacional da ação | Henrique de Oliveira Miguel |

Sua finalidade é dotar o País de capacitação em projeto e fabricação de componentes semicondutores. Seu produto compreende projetos voltados ao desenvolvimento da indústria e fabricação de semicondutores.

a) Principais resultados:

A Ação 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores objetiva apoiar o desenvolvimento da indústria de projeto e fabricação de componentes semicondutores no País, considerando a importância econômica e tecnológica que esses componentes possuem. Neste sentido, em 2009, “os resultados obtidos foram: (i) apoio a 10 projeto de circuitos integrados (ii) formação e capacitação de 200 projetistas de circuitos integrados (iii) apoio à implantação da empresa pública CEITEC S.A. - continuidade da obra de implantação da fábrica (etapas de hook up e set up) e estruturação da empresa pública (iv) atração de investimentos - 2 missões internacionais e reuniões com 5 grandes investidores.”, conforme consta no relatório SigMCT.

Cabe destacar ainda que uma das mais importantes medidas relacionadas a essa ação foi o anúncio em dezembro de 2009 do investimento da empresa HT Micron, uma joint-venture

entre empresas brasileira e coreana, visando a produção de circuitos integrados no Brasil a partir de 2010.

b) Principais Problemas:

Em relação ao percentual de execução financeira de 78%, a mesma deve-se a um atraso na elaboração de um projeto conjunto SEPIN/MCT, CNPq e MEC, decorrente de ações de Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações COAPD/CGCEX/DPH, e na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC. No entanto, o projeto FPGA para Todos já teve seu termo de referência aprovado e os recursos dessa Ação já foram repassados para o CNPq no início de 2010.

c) Contratações e Parcerias:

Não houve contratação nem parcerias no âmbito desta ação.

d) Transferências:

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

2.3.2.1.2.1.1. Metas e resultados da ação no exercício

| Previstas | | Realizadas | |
|------------------|------------|-------------------|------------|
| Física | Financeira | Física | Financeira |
| 4 | 800.000,00 | 2 | 627.343,68 |

A dotação orçamentária autorizada na LOA 2008 para a Ação 6432 totalizou R\$ 800.000,00 para despesas de custeio. Foram empenhados R\$ 127.343,68 dos recursos previstos para o exercício de 2009 para aplicação nos projetos acima listados.

| NOME FAVORECIDO | OBJETO | EMPENHADO |
|---|---|------------------|
| Centro de Tecnologia de Informática Renato Archer | Pesquisa e Desenvolvimento de Processo para Empacotamento Eletrônico de Componentes | 127.343,68 |
| CONSORCIO RACIONAL-DELTA | Referente às despesas realizadas em razão da operação da salas limpas do cen-tor tecnológico de eletrônica avançada.ressarcimento das despesas referentes agastos com água e energia elétrica, ref. Pré-operação. | 500.000,00 |
| | | 627.343,68 |

2.3.2.1.3. Ação 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

2.3.2.1.3.1. Dados gerais

| | |
|--|---|
| Tipo da Ação(1) | Atividade |
| Finalidade(2) | Consolidar a capacitação tecnológica do País para a implantação, desenvolvimento e inovações de tecnologias de TV Digital. |
| Descrição(3) | Apoio a projetos de pesquisas de estímulo a inovação em diversos segmentos, destacando-se os radiodifusores, as indústrias de equipamentos transmissores e receptores, os produtores de conteúdo e a indústria de software; Mobilização e coordenação de ações de redes multidisciplinares de instituições acadêmicas e de P&D brasileiras com o objetivo comum de desenvolver a competência nacional para inovação em comunicações digitais, em particular para a TV digital; Provisão dos meios necessários para implantar o Centro de Desenvolvimento para a TV Digital, na forma de uma unidade de coordenação de uma plataforma de P&D&I descentralizada, com foco no desenvolvimento de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs); Viabilização de atividades de P&D&I em tecnologias relacionadas a TV digital no País e Apoio a projetos de cooperação tecnológica com centros de P&D do exterior; Proporcionar a formação de recursos humanos para a TV Digital no Brasil. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4) | 240116 – Secretaria de Política de Informática |
| Unidades executoras(5) | 240116 – Secretaria de Política de Informática; |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(6) | 240116 – Secretaria de Política de Informática |
| Coordenador nacional da ação | Augusto César Gadelha Vieira |

a) Principais resultados:

Os recursos desta ação foram transferidos à Renacional de Ensino e Pesquisa para apoio de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias, ferramentas e projetos pilotos relacionados a criação de conteúdos digitais interativo para TV digital.

b) Principais Problemas:

não houve

c) Contratações e Parcerias:

Renacional de Ensino e Pesquisa –RNP- Objetiva-se o fomento a pesquisa e desenvolvimento de metodologias e ferramentas para criação de conteúdos digitais, preferencialmente interativos, com foco em sua difusão através de infraestruturas para TV digital. As ações consistem no mapeamento, junto a universidades e centros de pesquisa, das competências nacionais no tópico em questão, e na realização de dois projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, operando em rede, versando sobre os processos para criação de conteúdos digitais e em estudos de caso com impactos relevantes.

d) Transferências:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, para realizar I Simpósio Brasil - Japão sobre Avanços em Televisão Digital.

2.3.2.1.3.1.1. Metas e resultados da ação no exercício

| Previstas | | Realizadas | |
|-----------|------------|------------|------------|
| Física | Financeira | Física | Financeira |
| 3 | 700.000,00 | 2 | 700.000,00 |

A dotação orçamentária autorizada na LOA 2009 para a Ação 8500 totalizou R\$ 700.000,00 para despesas de custeio. Os recursos desta ação foram empenhados R\$698.526,00, no exercício de 2009

2.3.2.2. Critérios utilizados nas análises dos projetos

- Atendimento as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Atendimento à Instrução Normativa 127, de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- Objetivos propostos aderentes às finalidades das Ações orçamentárias coordenadas por esta Secretaria: 4967-Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos, 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores, 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital e 2272 - Gestão e Administração do Programa – PITCE vinculadas ao PPA 2008/2011;
- Objetivos pertinentes ao Regimento Interno das Secretarias, fundamentado nas diretrizes do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE;
- Objetos aderentes ao Plano de Ação 2007/2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, que integra o conjunto de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- Projetos com valores compatíveis com a dotação orçamentária autorizada em cada Ação.

2.3.2.3. PROGRAMAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

2.3.3. Programas Prioritários em Informática

Em novembro de 1994 a Portaria MCT nº 200, estabeleceu que três programas sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq passavam a ser considerados prioritários para os fins de dispêndios de pesquisa e desenvolvimento previstos no Art. 14, §1º, alínea "i" do Decreto nº 792, de 02 de abril de 1993, que regulamentou a Lei nº 8.248/1991.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, criado pelo art. 21 do Decreto 3.800/01 e mantido pelo art. 30 do Decreto 5.906/06, ratificou em sua primeira Resolução de 06 de março de 2002 os programas acima referenciados que estavam sob a coordenação do CNPq, conforme a seguir:

- Programa para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP
- Programa Temático Multiinstitucional em Ciência da Computação - ProTeM-CC

O programa SOFTEX inicialmente era denominado Programa Nacional de Software para Exportação - SOFTEX 2000.

Ainda em 2002, foram emitidas as Resoluções CATI nº 55, de 04 de setembro e CATI nº 108, de 06 de dezembro, considerando prioritários mais dois programas, em execução sob a coordenação do CNPq e do MCT/SEPIN, respectivamente, a saber:

- Programa Rede de Desenvolvimento de Competências em Tecnologias da Informação e Comunicação - RDC-TIC [revogado pela Resolução CATI nº 10 de 06 de abril de 2005];
- Programa Nacional de Microeletrônica – PNM Design.

Na Portaria nº 051, de 12 de fevereiro de 2003, o MCT definiu as regras para que as empresas beneficiárias dos incentivos fiscais da Lei de Informática participassem dos programas considerados prioritários pelo CATI, através de convênio específico para esta finalidade, do qual participavam as seguintes instituições, como gestoras dos programas:

- Sociedade SOFTEX, CNPJ nº 01.679.152/0001-25, entidade reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP em 22 de maio de 2001;
- Associação RNP, CNPJ nº 03.508.097/0001-36, entidade reconhecida como Organização Social - OS, qualificada em 09 de janeiro de 2002;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, CNPJ nº 33.654.831/0001-36;

Em 2006, foi emitida a Resolução CATI nº 13, de 19 de setembro de 2006, que considera prioritário o Programa Hardware BR.

A Resolução CATI nº 14, de 07 de novembro de 2006, designou a Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação – FacTI, como gestora do Programa C I- Brasil, integrante do Programa Nacional de Microeletrônica - PNM Design. A Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação – FacTI, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e entidade reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP em 07 de julho de 2004 e inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ nº 02.939.127/0001-04.

2.3.3.1. Aporte de recursos nos Programas Prioritários

A Portaria MCT nº 178, de 23.03.2007, regulou e simplificou os procedimentos a serem seguidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata a Lei nº 8.248/91 (alterada pelas Leis nº 10.176/01 e 11.077/04), interessadas em participar de programas e

projetos considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

Cabe esclarecer que não há obrigatoriedade por parte das empresas de aporte de recursos financeiros ou materiais nos PPI. As empresas que eventualmente venham a optar por investimentos nos PPI o fazem espontaneamente. Os recursos aportados são destinados a projetos de P&D enquadráveis nos PPI e são realizados de acordo com o disposto na Lei 8.248 de 1991 e no Decreto nº 5.906, de 2006.

As empresas podem indicar os programas prioritários de informática para os quais desejam aportar recursos financeiros. Quando o aporte é de recursos materiais, é condição necessária a aprovação prévia pela SEPIN quando são então analisados os projetos nos termos de referência de cada PPI, as instituições envolvidas, as características dos recursos materiais, os valores envolvidos e a adequação dos equipamentos às necessidades dos projetos. Posteriormente, a SEPIN recebe da instituição a comprovação das atividades realizadas, conforme prevê o art. 3º da Portaria MCT nº 178, de 2007.

2.3.3.2. Programa Prioritário Softex

| | |
|-------------------|--|
| Projeto | Geração de Oportunidades de Exportação para as Empresas Brasileira e Software e Serviços de TI |
| Descrição | <p>O projeto destina-se a viabilizar a execução de ações no âmbito do Programa SOFTEX, que contribuam para o crescimento efetivo e contínuo das exportações das empresas da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI.</p> <p>A execução do projeto no período envolveu realização de atividades das seguintes etapas/metastas: 1) Diagnóstico – Posicionamento das Empresas; 2) Ações Horizontais; 3) Ações por Verticais de Software; 3) Ações de Regionalização; 4) Ações do Projeto Nuvem; 5) Diagnóstico e Monitoramento e 6) Planejamento.</p> <p>Os resultados esperados no período total do projeto são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 120 milhões de exportações até 2010, • 140 Empresas participantes e • 2.400 empregos qualificados gerados ou mantidos. |
| Resultados | <ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico – Posicionamento das Empresas: <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa sobre exportações de software brasileiro 2. Ações Horizontais e Verticais <ul style="list-style-type: none"> • Ação continuada – África do Sul • Xchange Solution Provider ‘09 (Nova Orleans, LA/EUA) • Brasil Tecnológico Peru (Lima/Peru) • Brazilian Software and Services Companies Network Meeting: Japan (São Paulo, SP/Brasil) • Missão Empresarial com Roda de Negócios à Cuba e Venezuela • Feira Passenger Terminal – International Airport Terminal Conference and Exhibition (Londres, Inglaterra) • Projeto Comprador no 19º CIAB – Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (São Paulo, SP/Brasil) • 14th Middle East Education, Training, Equipment & Solutions Kingdom of Saudi Arabia (Jeddah, Arábia Saudita) • Projeto Comprador Educação WCCE 2009 – 9th World Conference on Computers in Education (Bento Gonçalves, RS/Brasil) • Feira DistribuTECH 2009 (Tampa, FL/EUA) |

| | |
|-----------------------------|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Feira NRF – National Retail Federation (Nova Iorque/EUA) • Feira Game Connection San Francisco (São Francisco/EUA) • Feira Gartner Outsourcing & Vendor Management Summit (Las Vegas, NV/EUA) <p>3. Ações de Regionalização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Institucionalização da Regionalização das Exportações de Software e Serviços de TI <p>4. Ações do Projeto Nuvem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Virtual Business Environment <p>5. Diagnóstico e Monitoramento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas <p>6. Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano de ação para 2010 |
| Recursos Financeiros | O valor total do projeto é de R\$ 23.368.071,19 (vinte e três milhões trezentos e sessenta e oito mil setenta e um reais e dezenove centavos), dos quais R\$ 1.977.071,19 (um milhão novecentos e setenta e sete mil setenta e um reais e dezenove centavos) solicitados ao MCT e R\$ 21.391.000,00 (vinte e um milhões trezentos e noventa e um mil reais) a ser integralizado como contrapartida do proponente, que será realizada mediante participação de outras fontes (APEX, FINEP, ABDI/EU, MinC) do setor de Software e Serviços Correlatos. |

| | |
|-----------------------------|--|
| Projeto | 2º Piloto de Capacitação de Recursos Humanos para a Indústria Nacional de Software |
| Descrição | O projeto tem os seguintes objetivos e metas: Realizar oito projetos piloto, em diferentes regiões do País, destinados a exercitar as variadas possibilidades de capacitação e formação de recursos humanos previstas no plano Formação de Capital Humano em Software – FCHS. Capacitar 1.200 alunos/profissionais, o que representa cerca de 150 indivíduos por projeto piloto. |
| Resultados | A SOFTEX realizou Chamada Pública, entre os agentes da Sociedade SOFTEX, para receber propostas de projeto, que resultou na seleção das seguintes propostas: Programa de formação de recursos humanos para desenvolvimento de software em Santa Catarina Capacitação para os recursos humanos da indústria de software da cidade de Curitiba Capacitação em gerenciamento de projetos de software e tecnologia Java na região metropolitana de Belo Horizonte Capacitação orientada à competitividade na indústria cearense de software Formação de RH em TI para portadores de necessidades especiais Formação de RH em qualidade e teste de software |
| Recursos Financeiros | Repasse de recursos no valor de R\$ 1.288.000,00 (um milhão e duzentos e oitenta e oito mil reais) referentes às segunda e terceira parcelas . |

2.3.3.3. Programa Prioritário RNP

| | |
|------------------|--|
| Projeto | 10º Workshop RNP, Seminário de Capacitação e Inovação – SCI, Projeto de Excelência dos PoPs e o Grupo de Trabalho MCT/MEC/RNP' |
| Descrição | <p>a) 10º Workshop RNP</p> <p>Desde 1999, a RNP reúne especialistas das áreas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de redes e aplicações avançadas para discutir o caminho das redes no Brasil e no mundo. Em 2009, a programação do 10º Workshop da RNP, cujo tema será Gestão de Identidade na Rede, inclui palestras e painéis relacionados a certificação digital, autenticação e autorização federativa, bem como outros assuntos de interesse da comunidade. O evento conta com a presença de palestrantes nacionais e internacionais para a condução das discussões relacionadas ao desenvolvimento e ao uso das diversas tecnologias.</p> <p>Além disso, o evento inclui a apresentação dos resultados parciais do Programa de Grupos de Trabalho (GTs) da RNP 2008-2009 e a discussão do projeto Futura RNP, que visa lançar as bases para a próxima geração da Rede Ipê. Quanto a esse último tema, uma das principais características desta nova geração de rede é que sua arquitetura será híbrida, permitindo o atendimento a aplicações que requerem qualidade de serviço na forma de prioridade de tráfego de dados e as que precisam de grande largura de banda.</p> <p>b) Seminário de Capacitação e Inovação (SCI)</p> <p>Neste ano, em outubro, técnicos e representantes das organizações usuárias e dos Pontos de Presença da RNP se reunirão em Porto Alegre (RS) para participar de mais uma edição do Seminário RNP de Capacitação e Inovação (SCI), que há 15 anos é realizado com a finalidade de promover a capacitação em temas inovadores de redes de computadores.</p> <p>Inovação não é apenas um dos principais objetivos da programação do evento, é também um valor presente na própria missão da RNP: "promover o uso inovador de redes avançadas no Brasil", já que o desenvolvimento da Internet é uma conquista projetada para futuro. Finalmente, o SCI faz parte da cultura de redes no país e é um espaço de realização e renovação da missão da RNP.</p> <p>Em 2008, temas como "Educação a distância", "Novas tecnologias", "Soluções para PoPs", "Tecnologia a serviço da cultura" e "Segurança em foco" foram os principais assuntos do SCI.</p> <p>Para exemplificar a relevância dos temas discutidos, sobre "segurança em foco" foram debatidos temas como crimes cibernéticos, bloqueio a conteúdos e conexões abertas (Wi-Fi), desafios tecnológicos e protocolos de segurança. O debate central aconteceu em torno do Projeto de Lei 89/2003, aprovado pelo Senado, que tipifica os crimes cibernéticos. O autor da lei, o senador federal Eduardo Azeredo, que trabalhou como analista de sistemas da IBM por 11 anos, participou da plenária e defendeu a vigilância de usuários e servidores e o combate severo aos cibercrimes. Foram discutidas ainda as visões técnicas e acadêmicas sobre o projeto. Para 2009, os temas estão sob a aprovação do Comitê encarregado do evento.</p> <p>c) Projeto de Excelência dos PoPs – Gestão e Inovação de Processos</p> <p>Os 27 pontos de presença (PoPs) são a chave da operação da RNP. Os PoPs são a representação da RNP nas instituições conectadas e, assim, suas atividades precisam ser permanentemente readequadas as novas tecnologias e as inovação geradas tanto pelos Grupos de Trabalho da RNP quanto pelo mercado.</p> |

| | |
|-----------------------------|---|
| | <p>Prioritariamente, a gestão da qualidade dos PoPs dá-se através do fomento a inovação de processos e, conseqüentemente, serviços, garantindo o aprimoramento contínuo da Rede, seu pleno funcionamento e a sua constante atualização face aos padrões mundiais. No escopo do projeto, dado a não uniformidade entre os Pops, as ações principais se alternam em importância. Para efeito de síntese, pode-se adiantar que a gestão de pessoas e de processos são os principais pontos a serem revertidos e que as ações abaixo listadas compõem uma parte do universo do trabalho a ser desenvolvido:</p> <p>Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um modelo único de gestão; <p>Formação de consórcio de clientes, ao estilo Redecomep, para promover a troca do conhecimento e a gestão de recursos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimentos em infra-estrutura e pessoal; • Redução da rotatividade dos talentos; • Continuidade e aprofundamento do trabalho de valorização das equipes dos POPs, fomentando a criação de novas rotinas que resultem em inovação. <p>Qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homogeneização dos conceitos e serviços; • Alinhamento dos PoPs a Política de Inovação da RNP e aos seus objetivos estratégicos; • Desenvolvimento de ações que promovam maior integração dos PoPs visando a construção de uma base de conhecimento; • Integração e apoio dos PoPs na participação nos projetos de P&D&I da RNP; • Incorporação dos resultados obtidos nas ações de P&D&I na Rede. <p>d) Grupo de Trabalho MCT/MEC/RNP</p> <p>Desde 2004, o programa de Grupos de Trabalho RNP (GT-RNP) é utilizado para promover a interação entre as atividades internas à RNP e os grupos de pesquisa das diferentes áreas temáticas, assim como também para promover a inovação de serviços e aplicações na rede. Sua principal finalidade é o desenvolvimento de projetos colaborativos que possam demonstrar a viabilidade do uso de novos protocolos, serviços e aplicações de rede e que possibilitem à RNP ampliar a oferta de serviços através da aliança empresa - comunidade de pesquisa.</p> <p>No GT em questão, o objetivo é dimensionar e harmonizar a integração e a operabilidade do projeto phone@rnp.br da RNP com o sistema VOIP do Ministério do Planejamento.</p> |
| Recursos Financeiros | R\$ 2.457.554,37 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). |

| | |
|-----------------------------|--|
| Projeto | Grupos de Trabalho 2009' |
| Descrição | <p>A implantação das redes metropolitanas de alta velocidade (http://www.redecomep.rnp.br/), aliada ao aumento de capacidade do backbone da Rede IPE (http://www.rnp.br/ipe/), cria oportunidades para o desenvolvimento de novas aplicações e serviços de alto desempenho fim-à-fim.</p> <p>Os Grupos de Trabalho – GTs da RNP se originaram em 2004 e o sucesso dos trabalhos realizados no decorrer dos anos compõem o programa 'Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação', que promove a criação de novos serviços e aplicações da RNP. A RNP solicita recursos financeiros, por meio do presente Plano de Utilização – PU, para a continuidade dos GTs em 2009 e 2010.</p> <p>A principal finalidade da proposta é o desenvolvimento de projetos colaborativos que possam demonstrar a viabilidade do uso de novos protocolos, serviços e aplicações de rede, que possibilitem à RNP ampliar seu escopo de atuação por meio da introdução de inovação na infraestrutura que disponibiliza.</p> <p>Os 27 GTs instalados e concluídos desde 2004 deixaram para a sociedade uma gama de produtos e serviços que comprovam a contribuição significativa dessa linha de ação da RNP.</p> |
| Recursos Financeiros | R\$ 1.305.664,24 (um milhão, trezentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). |

| | |
|------------------|---|
| Projeto | MPS.BR - Melhoria de Processo de Software Brasileiro (2008-2010) |
| Descrição | <p>Tem como objetivo orientar a realização de avaliações, em conformidade com a norma ISO/IEC 15504, em empresa e organizações que implementaram o MR-MPS. Avaliação MA-MPS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipe de avaliação: 3 a 8 pessoas, sendo: <ul style="list-style-type: none"> 1 avaliador líder no mínimo 1 avaliador adjunto no mínimo 1 técnico da empresa • Duração: 2 a 4 dias; • Validade: 3 anos; <p>Estruturação da Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar e preparar avaliação Plano de Avaliação / Descrição dos indicadores de processo; • Conduzir Avaliação Resultado da avaliação; • Relatar resultados Relatório da avaliação; • Registrar e publicar resultados Banco de dados Softex (Ver portal MPS.BR nas 'Ligações Externas') |

| | |
|-----------------------------|---|
| | MN-MPS – Modelo de negócio para melhoria do processo |
| Resultados | <p>203 empresas com avaliações publicadas.</p> <p>17 Instituições Implementadoras credenciadas</p> <p>13 Instituições Avaliadoras credenciadas</p> <p>3979 pessoas treinadas nos cursos oficiais do MPS.BR</p> <p>1230 pessoas aprovadas nas provas oficiais do MPS.BR</p> |
| Recursos Financeiros | <p>Repasse de recursos no valor de R\$ 682.664,00 (seiscentos e oitenta e dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais) referentes à segunda parcela.</p> <p>O repasse dos recursos referentes a última parcela, no valor de R\$ 712.033,00 (setecentos e doze mil e trinta e três reais), será realizado após a aprovação do relatório de execução de atividades referentes à segunda parcela e fica condicionado à comprovação da utilização de pelo menos 80% do valor da segunda parcela e à existência de disponibilidade de recursos suficientes nas contas dos PPI.</p> |

| | |
|-----------------------------|---|
| Projeto | Sistema de Informação da Indústria Brasileira de Software e Serviços (SIBSS) no âmbito do Programa Prioritário SOFTEX. |
| Descrição | Conceber e Implantar um sistema de informação da Indústria Brasileira de Software- IBS e produzir um Outlook, de periodicidade bianal, sobre esta indústria. |
| Resultados | Criação do Sítio e Publicação - Observatório SOFTEX – Software e Serviços de TI A indústria Brasileira em Perspectiva. |
| Recursos Financeiros | Repasse da última parcela, no valor de R\$ 345.735,54 (trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), mediante depósito na conta corrente nº 15.555-1, agência 2447-3, do Banco do Brasil (banco 001), aberta especificamente para movimentação financeira desse projeto; |

2.3.4. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software – PBQP-SW

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software - PBQP Software procura estimular a adoção de normas, métodos, técnicas e ferramentas da qualidade e da Engenharia de Software, promovendo a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços de software brasileiros, de modo a tornar as empresas mais capacitadas a competir em um mercado globalizado.

Especificamente, busca-se a melhoria contínua do grau de satisfação dos seus clientes, da qualidade de vida no trabalho e no País, e da lucratividade e competitividade das empresas brasileiras de software.

O PBQP Software com uma proposta de programa mobilizador é composto por voluntários, interessados na melhoria da qualidade e produtividade do software brasileiro, ligados ao governo, academia e setor privado.

Atividades do ciclo 2009

- **WQPS 2009 - 07 e 08 de maio de 2009**

- O WQPS acontece habitualmente em Brasília/DF, no início de cada ano. É um evento restrito ao Grupo de Avaliadores de Projetos, composto por trinta membros. Neste evento é realizada a etapa final da avaliação dos projetos concluídos no ano anterior e a seleção dos projetos submetidos para execução no ano em curso. Na ocasião, são selecionados os três melhores projetos do Ciclo do ano anterior para serem agraciados com o Prêmio Dorgival Brandão Júnior da Qualidade e Produtividade em Software.

Por ocasião do WQPS 2009 o comitê de avaliadores deliberou que os cinco projetos melhores pontuados deveriam ser apresentados pelos responsáveis por seu desenvolvimento para que pudessem ter mais informações sobre o projeto e dessa forma chegarem a um resultado final do Prêmio com maior segurança.

- **EQPS Ouro Preto - 01 de junho de 2009**

- O EQPS (Encontro da Qualidade e Produtividade em Software) é um evento periódico para divulgação e acompanhamento da execução dos projetos do ciclo corrente, por meio de apresentações a cargo das respectivas entidades coordenadoras. Além da apresentação de projetos do ciclo corrente, a cada EQPS são realizadas apresentações dos projetos vencedores do ciclo anterior e de pelo menos uma palestra convidada. A cada ciclo são programados cerca de três Encontros, distribuídos geograficamente pelo Brasil, procurando-se contemplar o conjunto de projetos submetidos na região do Encontro.

- Com a realização do EQPS Ouro Preto, o Ministério da Ciência e Tecnologia com a coordenação da Secretaria de Política de Informática dá prosseguimento ao Ciclo 2009 do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software - PBQP Software, iniciado com a etapa de submissão que efetivou a seleção de 45 projetos dentre os 49 apresentados, totalizando 1132 projetos aceitos desde seu primeiro ciclo operacionalizado em 1994.

- Neste encontro, foram apresentados treze projetos submetidos por entidades localizadas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste (133 participantes).

- Durante a abertura do SBQS 2009, realizado em Ouro Preto, ocorreu o lançamento dos dois temas da Série de Livros do PBQP Software para os anos 2010 e 2011. Para 2010 o tema escolhido foi - “Melhoria de Processo em Pequenas e Médias Organizações” e para 2011 - “Melhoria de Processo de Aquisição de Software e Serviços Correlatos para Órgãos Públicos”

- **Lançamento do livro Tecnologia da Informação: Qualidade de Produto de Software**, resultado da nova linha de ação do PBQP Software - Série de Livros.

- **EQPS Porto Alegre - 31 de agosto e 01 de setembro de 2009**

- Neste encontro foram apresentados dez projetos submetidos por entidades localizadas nas Regiões Sul e Sudeste. (74 participantes)

- **EQPS Manaus - 16 e 17 de novembro de 2009**

- Neste encontro, foram apresentados treze projetos submetidos por entidades localizadas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste (115 participantes).

- Foi apresentado ao Secretário Gadelha projeto para a participação de representantes brasileiros nas reuniões Plenárias e de Grupos de Trabalho do Subcomitê de Sistemas e Software do Comitê Técnico Conjunto JTC1 da ISO/IEC (SC7) a partir de 2010. O Projeto foi aprovado e a SEPIN/MCT vai apoiar a participação nas reuniões dos seguintes Grupos de Trabalho - WG6 (*software products quality requirements and evaluation*), WG7 (*Life Cycle Management*) e WG10 (*process assessment in software product procurement, development, delivery, operation, evolution and related service support*)

A indicação dos representantes brasileiros a participar das reuniões plenárias do SC7 e dos grupos de trabalho mencionados será feita por meio da Comissão de Estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) correspondente ao respectivo grupo do SC7.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional

(Alínea “d” do item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Objetivos: Apresentar a evolução das receitas e despesas, os indicadores de desempenho não necessariamente vinculados aos programas governamentais e que são informativos do esforço e da eficiência governamental e a análise que a UJ faz do desempenho obtido para o exercício.

2.4.1. Programação Orçamentária

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|--|--------------|---------------------|
| Administração direta | 240101 | 240101 |

Quadro 1 - Programação das Despesas Correntes

| Origem dos Créditos Orçamentários | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|------------------------------|--------------|
| | | Exercícios | | | | | |
| | | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | |
| | PLOA | | | | | 6.432.540,00 | 5.600.540,00 |
| | LOA | | | | | 5.950.540,00 | 5.550.050,00 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | |
| | Créditos Cancelados | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | |
| Total | | | | | | 5.600.540,00 | 5.550.050,00 |

Quadro 2 - Programação das Despesas de Capital

| Origem dos Créditos Orçamentários | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Outras Despesas de Capital | | |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------|------|---------------------------|------|-------------------------------|------------|--|
| | | Exercícios | | | | | | |
| | | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | | | | | | |
| | PLOA | | | | | 132.000,00 | 132.000,00 | |
| | LOA | | | | | 132.000,00 | 132.000,00 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | | | | |
| | | Reabertos | | | | | | |
| Créditos Cancelados | | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | |
| Total | | | | | | 132.000,00 | 132.000,00 | |

Quadro 3 - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | |
|-----------------------------------|----------------------|--------------------|--------------|---------------------|------------|-----------------------------|--------------|
| | | Exercícios | | | | | |
| | | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| LOA | Dot proposta pela UO | | | | | | |
| | PLOA | 6.432.540,00 | 5.950.050,00 | 132.000,00 | 132.000,00 | 6.564.540,00 | 6.082.050,00 |
| | LOA | 5.600.540,00 | 5.550.050,00 | 132.000,00 | 132.000,00 | 5.734.540,00 | 5.682.050,00 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | | | |
| | Especiais | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | Extraordinários | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Créditos Cancelados | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | |
| Total | | | | | | 5.734.540,00 | 5.682.050,00 |

Análise crítica da Programação Orçamentária

Em virtude da execução da programação orçamentária como previsto, não há análise crítica.

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

Quadro 4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

| Despesas Correntes | | | | | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Intern a | Concedidos | 153045 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 99.538,00 |
| | Concedidos | 153114 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 42.897,37 |
| | Concedidos | 154019 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 40.700,00 |
| | Concedidos | 240129 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 15.500,06 |
| | Concedidos | 240130 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 8.900,00 |
| | Concedidos | 240131 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 444,42 |
| | Concedidos | 240132 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 5.655,52 |
| | Concedidos | 26187140753 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 31.050,00 |
| | Concedidos | 24013300001 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 30.020,33 |
| | Concedidos | 24013300001 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 820,00 |
| | Concedidos | 05971682000101 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 110.000,00 |
| | Concedidos | 86846706000194 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 60.000,00 |
| | Concedidos | 06244855000144 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 483.000,00 |
| | Concedidos | 01679152000125 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 109.440,00 |
| | Concedidos | 01679152000125 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 38.000,00 |
| | Concedidos | 154046 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 76.220,13 |
| | Concedidos | 154040 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 23.587,50 |
| | Concedidos | 153114 | 19.572.1388.4967.0001 | | | 69.562,52 |
| | Concedidos | 240129 | 19.572.1388.6432.0001 | | | 127.343,68 |
| | Concedidos | 07320235000100 | 19.572.1388.6432.0001 | | | 500.000,00 |
| | Concedidos | 03508097000136 | 19.572.1388.8500.0001 | | | 575.000,00 |
| Concedidos | 364102 | 19.572.1388.8500.0001 | | | 123.562,00 | |
| Extern a | Concedidos | 24010100001 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 151.071,60 |
| | Concedidos | 04158278000142 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 1.168,00 |
| | Concedidos | 00739169000168 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 7.980,00 |
| | Concedidos | 00448142000116 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 600,00 |
| | Concedidos | 01017250000105 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 296.935,68 |
| | Concedidos | 01017250000105 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 81.961,01 |
| | Concedidos | 24010100001 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 13.796,14 |
| | Concedidos | 00617589000171 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 485.564,79 |
| | Concedidos | 01596964000107 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 772.821,59 |
| | Concedidos | 72620735000129 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 12.425,98 |
| | Concedidos | 38058061000182 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 64.744,40 |
| | Concedidos | 00000424000156 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 136.442,88 |
| | Concedidos | 08228323000149 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 516,00 |
| | Concedidos | 09241594000105 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 7.950,00 |
| | Concedidos | 08228323000149 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 516,00 |
| | Concedidos | 01017250000105 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 2.998,92 |
| | Concedidos | 21761582704 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 538,82 |
| Despesas de Capital | | | | | | |

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | 4 - Investimentos | 5- Inversões Financeiras | 6 – Outras Despesas de Capital |
|-------------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Interna | Concedidos | 18793752000112 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 2.280,00 |
| | Recebidos | 00658293000107 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 12.380,00 |
| | | 07275920000161 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 7.240,00 |
| Externa | Concedidos | 61797924000740 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 17.240,00 |
| | Concedidos | 54397203000192 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 4.550,00 |
| | Concedidos | 56992902000106 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 41.610,00 |
| | Concedidos | 56992902000106 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 8.850,00 |
| | Concedidos | 61797924000740 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 6.990,00 |
| | Concedidos | EX1290124 | 19.122.1388.2272.0001 | | | 5.860,00 |

Análise crítica das concessões de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.

Análise crítica das concessões de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.

Os recursos concedidos foram realizados na forma de descentralização de crédito, a outras unidades integrantes do orçamento da União, principalmente, unidades vinculadas à estrutura do Ministério, com vistas a agilizar o processo de execução no atendimento ao pagamento de bolsas e projetos de pesquisa.

2.4.2. Despesas por Modalidade de Contratação

Esse demonstrativo não será preenchido pela SEPIN, por tratar-se de atividades relacionadas à outra Unidade Jurisdicionada do MCT.

2.4.3. Evolução de gastos gerais

Execução Orçamentária

Preencher, segundo as orientações do TCU os quadros referidos abaixo.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

| DESCRIÇÃO | Exercício | | |
|--|--------------|------------|------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 |
| Contratação por Tempo Determinado | 302.183,74 | 364.295,00 | 351.151 |
| Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos | 105.000,00 | 0,00 | 00000 |
| Transferências ao Exterior | 1.900.000,00 | 0,00 | 0000 |
| Diárias - Civil | 87.006,59 | 130.495,91 | 151.071,60 |
| Material de Consumo | 0,00 | 2.730,50 | 9.748,00 |

| | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| Passagens e Despesas com Locomoção | 222.465,25 | 422.888,95 | 378.896,69 |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 38.455,36 | 33.149,56 | 14.616,14 |
| Locação de Mão-de-Obra | 1.376.450,81 | 1.193.159,71 | 1.270.812,36 |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 298.752,79 | 411.405,43 | 210.169,28 |
| Indenizações e Restituições | 23.142,01 | 27.584,55 | 115.600,00 |
| Obrigações Tributárias e Contributivas | 0,00 | 1.204,95 | 1.055,90 |
| Equipamentos e Material Permanente | 880,00 | 53.104,20 | 21.900,00 |
| TOTAL | 4.354.336,55 | 2.640.018,76 | 2.523.965,00 |

Análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Contingenciamento no exercício:

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Os subitens acima citado não foram preenchidos, pois não houve ocorrências.

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida | Execução Física | | | Execução Financeira | | |
|--------|-----------|----------|------|--------------|------------|-------------------|-----------------|--------|------------|---------------------|-------------|--------------|
| | | | | | | | M P | M R | MR 2009 | Meta Prevista | ME | MSR |
| 19 | 122 | | 2272 | A | 4 | un | 1 | 1 | 1 | 3.182.050,00 | 2592.632,00 | 3.182.050,00 |
| 19 | 572 | | 4967 | P | 4 | un | 5 | 6 | 5 | 1.000.000,00 | 999.810,00 | 1.400.000,00 |
| 19 | 572 | 1388 | 6432 | P | 4 | un | 4 | 1 | 4 | 800.000,00 | 800.000,00 | 800.000,00 |
| 19 | 572 | | 8500 | P | 4 | un | 3 | 2 | 3 | 700.000,00 | 698.526,00 | 700.000,00 |

MP Meta Prevista- MR Meta Realizada 2009- ME Meta Empenhada- MSR Meta a Ser Realizada 2010 Fonte: SIGMCT – 2009 e LOA 2010

2.4.5. Execução Física das ações realizadas pela UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida | Meta prevista | Meta realizada | Meta a ser realizada em 2010 |
|--------|-----------|----------|------|--------------|------------|-------------------|---------------|----------------|------------------------------|
| 19 | 122 | 1388 | 2272 | A | 4 | un | 1 | 1 | 1 |
| 19 | 572 | 1388 | 4967 | P | 4 | un | 5 | 6 | 5 |
| 19 | 572 | 1388 | 6432 | P | 4 | un | 4 | 1 | 4 |
| 19 | 572 | 1388 | 8500 | P | 4 | un | 3 | 2 | 3 |

Fonte: SIGMCT – 2009A

2.4.6. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

| Identificação do Programa de Governo | | | | | |
|---|------------|--|-------------------|--------------------------------|---------------|
| Código no PPA: 1388 | | Denominação: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) | | | |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial | Final | | | | |
| 01/01/2009 | 31/12/2009 | 5.096.167,00 | 4.972.641,00 | 734.321,00 | 4.361.846,00 |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | |

| |
|--|
| Indicador: Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos |
| Data: 13/02/2009 |
| Fórmula: Número de certificados válidos de sistemas e de famílias de produtos emitidos de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC no ano. |
| Unidade de Medida: Unidade |
| Índice Referência: 17361.000 |
| Índice Apurado: 10620.000 |
| Periodicidade: Anual |
| Fonte: ABNT/INMETRO |
| Base geográfica: Nacional |

| |
|---|
| Indicador: Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas |
| Data: 15/10/2007 |
| Fórmula: Número de mestres e doutores, em equivalência de tempo integral, alocados em atividades internas de P&D dividido pelo total de pessoas alocadas em atividades internas de P&D das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por 100. |
| Unidade de Medida : Percentual |
| Índice Referência : 8.090 |
| Índice Apurado : Índice não apurado |
| Periodicidade: Bianual |
| Fonte : PINTEC/IBGE |
| Base geográfica: Nacional |

| |
|--|
| Indicador : Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos |
| Data : 05/10/2007 |
| Fórmula : Valor das exportações de produtos de alta tecnologia dividido pelo valor das exportações brasileiras de produtos industriais, multiplicado por 100. |
| Unidade de Medida : Percentual |
| Índice Referência : 8.700 |
| Índice Apurado : Índice não apurado |
| Periodicidade: Anual |
| Fonte : Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC |
| Base geográfica: Nacional |

| |
|--|
| Indicador : Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) |
| Data : 04/05/2007 |

| |
|--|
| Fórmula : Pedido de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes. |
| Unidade de Medida : Unidade |
| Índice Referência : 13169.000 |
| Índice Apurado : Índice não apurado |
| Periodicidade: Anual |
| Fonte : |
| Base geográfica: Nacional |

| |
|--|
| Indicador : Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados. |
| Data : 09/02/2009 |
| Fórmula : Número de pedidos de patentes de invenção depositados no USPTO, por residentes no Brasil, no ano. |
| Unidade de Medida : Unidade |
| Índice Referência : 340.000 |
| Índice Apurado : 385.000 |
| Periodicidade: Anual |
| Fonte : United States Patent and Trademark Office (USPTO) |
| Base geográfica: Nacional |

| |
|--|
| Indicador : Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas |
| Data : 04/05/2007 |
| Fórmula : Número de pessoas, com dedicação exclusiva e parcial, em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento dividido pelo número total de empregados das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por mil. |
| Unidade de Medida : 1/1.000 |
| Índice Referência : 9.63 por mil |
| Índice Apurado : Índice não apurado |
| Periodicidade: Bianual |
| Fonte : PINTEC/IBGE |
| Base geográfica: Nacional |

| |
|--|
| Indicador : Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas. |
| Data : 15/10/2007 |
| Fórmula : Gasto total das empresas em P&D dividido pela receita líquida de vendas das empresas industriais extrativas e de transformação, multiplicado por 100. |
| Unidade de Medida : Percentual |
| Índice Referência : 0.650 |
| Índice Apurado : Índice não apurado |
| Periodicidade: Bianual |
| Fonte : PINTEC/IBGE |
| Base geográfica: Nacional |

3. Composição dos Recursos Humanos

| Composição do Quadro de Recursos Humanos | | | |
|--|-----------------|--------------------|---------------|
| Situação apurada em 31/12/2009 | | | |
| Regime de Ocupante do Cargo | Lotação Efetiva | Locação Autorizada | lotação ideal |
| Estatutário | 21 | | |
| Próprios | 20 | | |
| Requisitados | 1 | | |
| Celetistas | - | | |
| Cargos Livres provimento | 11 | | |
| Estatutário | 11 | | |
| Próprios | | | |
| Terceirizados | 7 | | |
| Estagiários | 0 | | |
| Total | | | |

| Quadro Próprio | | | | | | |
|--|-----|-------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| Tipologia | QTD | Vencimentos | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações |
| Estatutários (inclusive os credits, com ônus) | | | | | | |
| 2007 | 22 | | | | | |
| 2008 | 22 | | | | | |
| 2009 | 30 | | | | | |
| Celetistas | | | | | | |
| 2007 | - | | | | | |
| 2008 | - | | | | | |
| 2009 | - | | | | | |
| Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | |
| 2007 | 1 | | | | | |
| 2008 | 1 | | | | | |
| 2009 | - | | | | | |
| Requisitado com ônus para UJ | | | | | | |
| 2007 | - | | | | | |
| 2008 | - | | | | | |
| 2009 | - | | | | | |
| Requisitado sem ônus para UJ | | | | | | |
| 2007 | 1 | | | | | |
| 2008 | 1 | | | | | |
| 2009 | 1 | | | | | |

| Quadro Terceirizado | | | | | | | | |
|---------------------|--------------------------|-------|----------------------|--------------|--------------------------|-------|-------------|-----------|
| Finalidade | Conservação e vigilância | | Apoio Administrativo | | Atividades de Área - fim | | Estagiários | |
| | QTD | Custo | QTD | Custo | QTD | Custo | QTD | Custo |
| 2007 | --- | --- | 18 | 1.376.450,81 | | | 4 | 32.007,67 |
| 2008 | --- | --- | 17 | 1.193.159,71 | | | 3 | 18.986,99 |
| 2009 | -- | --- | 11 | 1.270.812,36 | | | 2 | 17.513,95 |

Demonstrativo dos contratos de terceirização de área-fim no exercício de 2009.

| Nat | Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Vigência Contrato | | Nível Escolaridade | | | | sit. |
|-------------|----------|---------------------------|-------------------|---------|--------------------|----|----------|----|------|
| | | | Início | Fim | médio | | superior | | |
| | | | | | AT | EF | AT | EF | |
| E | 32/2008 | 00.617.589/0001-71 | --- | 04/2009 | | | | | |
| O | 19/2009 | 01.596.964/0001-07 | 04/2009 | 04/2010 | | | | | |
| O | 18/2009 | 72.620.735/0001-29 | 04/2009 | 04/2010 | | | | | |
| Observação: | | | | | | | | | |

ANÁLISE CRÍTICA

Não obstante o impacto das tecnologias de informação no conjunto dos demais segmentos produtivos da economia brasileira e a dimensão do setor que permeia todo o conjunto da sociedade, para o cumprimento de suas atribuições legais a SEPIN permanece dispondo de um quadro claramente insuficiente de servidores, apesar do ingresso de servidores efetivos no exercício de 2009, para cumprir sua missão institucional.

A força de trabalho da SEPIN tem de fato apresentado uma redução no número de colaboradores tanto efetivos como temporários, estes últimos que também ingressaram no serviço público por meio de concurso. Em dezembro de 2006 a SEPIN dispunha de uma equipe de 68 pessoas (4 estagiários). Em janeiro de 2007 a equipe foi reduzida para 46 pessoas (4 estagiários) e essa brusca redução da força de trabalho da Secretaria impactou significativamente suas atividades. Em agosto de 2007 a força de trabalho da SEPIN foi parcialmente recuperada alcançando 65 pessoas até julho de 2008, quando novamente é reduzida encerrando o ano de 2008 com 52 colaboradores. Como mencionado, em 2009 foram absorvidos via concurso público somente seis servidores totalizando em 40 pessoas o quadro de servidores e colaboradores da SEPIN.

Das principais atividades realizadas pela SEPIN, grande parte dos esforços, que absorvem o maior contingente dos servidores, é direcionada às atividades previstas na Lei de Informática. Estas correspondem à análise de pleitos de concessão de incentivos, à análise dos relatórios demonstrativos relativos à aplicação em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei de Informática pelas empresas, e a inspeção e avaliação das beneficiárias.

No âmbito dessas atividades a análise de pleitos de concessão de incentivos fiscais e de relatórios demonstrativos de investimentos em P&D são atividades complexas que

demandam tempo, analistas de ciência e tecnologia qualificados e experientes no conhecimento da matéria.

| Quadro atual de servidores e colaboradores na SEPIN | | | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Regime de Contratação | Dez/2006 | Dez/2007 | Dez/2008 | Dez/2009 |
| Servidores Ativos | 22 | 24 | 23 | 27 |
| Analistas em Ciência e Tecnologia | 14 | 15 | 14 | 20 |
| Assistentes em Ciência e Tecnologia | 8 | 9 | 9 | 7 |
| Temporários | 29 | 7 | 7 | 5 |
| Em vigor (Projeto UNESCO 914 BRA 5065) | 7 | 7 | 6 | - |
| Encerrado (Contrato temporário, Projeto PNUD BRA/99/021) | 22 | - | - | |
| Consultores (Produto/Unesco) | - | 9 | 9 (*) | - |
| Requisitados com DAS | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Terceirizados | 9 | 18 | 17 | 5 |
| Função Comissionada sem vínculo | 1 | 2 | 1 | - |
| Estagiários | 6 | 4 | 3 | 2 |
| Total | 68 | 65 | 52(61*) | 40 |

(*) Consultores contratados no período de julho de 2007 a julho de 2008

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2009 para Pagamento em 2010.

| Ano de Inscrição | RP Processados | | | | RP não Processados | | | |
|------------------|----------------|------------|----------|----------|--------------------|------------|------------|------------|
| | inscritos | cancelados | pagos | a pagar | inscritos | cancelados | pagos | a pagar |
| 2007 | --- | --- | --- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 2008 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| 2009 | 6.115,76 | | | 6.115,76 | 117.965,40 | | | 117.965,40 |
| 20010 | 2.600,00 | | 2.600,00 | | 604.910,00 | | 125.442,16 | 479.467,87 |

6. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

| Tipo* | Código Siafi/Siasg | Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc) | Data de publicação no DOU | Valor total pactuado | Valor total recebido/transferido no exercício | Contra-partida | Beneficiário (Razão social e CNPJ) | Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) ** |
|-------|--------------------|---|---------------------------|----------------------|---|----------------|------------------------------------|--|
| 4 | 240129 | 2009NC010135 | 21/05/2009 | 85.100,00 | 85.100,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 240129 | 2009NC000200 | 30/06/2012 | 68.800,00 | 68.800,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 240129 | 2009NC000153 | 27/05/2009 | 20.000,00 | 20.000,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 154046 | 2009NC000116 | 30/10/2009 | 40.000,00 | 40.000,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 153114 | 2009NC000271 | 02/07/2009 | 30.500,00 | 30.500,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 153045 | 2009NC000282 | 25/06/2009 | 76.220,13 | 76.220,13 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 154040 | 2009NC000369 | 03/07/2009 | 42.897,37 | 42.897,37 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 154019 | 2009NC000157 | 21/07/2009 | 69.562,52 | 69.562,52 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 364012 | 2009NC000166 | 02/07/2009 | 100.000,00 | 100.000,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 4 | 364012 | 2009NC000157 | 03/07/2009 | 29.954,00 | 29.954,00 | Não se aplica | Não se aplica | Adimplente |
| 3 | 425230 | NE900793 | 29/10/2010 | 150.000,00 | 150.000,00 | 2% | 03736617000168 | Adimplente |

| | | | | | | | | |
|---|--------|----------|------------|------------|------------|-----|----------------|------------|
| 1 | 621617 | NE908482 | 31/12/2007 | 308.200,00 | 308.200,00 | 20% | 53585212000144 | Adimplente |
| 1 | 622516 | NE908701 | 31/12/2007 | 211.227,00 | 211.227,00 | 8% | 33555921000170 | Adimplente |
| 1 | 622549 | NE908705 | 28/12/2007 | 112.000,00 | 112.000,00 | 20% | 02641663000110 | Adimplente |
| 1 | 622679 | NE900779 | 18/04/2008 | 146.784,00 | 146.784,00 | 20% | 05971682000101 | Adimplente |
| 1 | 623791 | NE009780 | 31/12/2007 | 60.000,00 | 60.000,00 | 20% | 09261843000116 | Adimplente |
| 3 | 633671 | NE900913 | 22/09/2008 | 364.800,00 | 364.800,00 | 15% | 86846706000194 | Adimplente |
| 3 | 650461 | NE901047 | 30/12/2008 | 364.800,00 | 364.800,00 | 15% | 01679152000125 | Adimplente |
| 3 | 650875 | NE901271 | 30/10/2009 | 690.800,00 | 690.800,00 | 15% | 06244855000144 | Adimplente |

7. Renúncia Tributária

7.1. Renúncia Tributária decorrentes da Lei 8.248/91

Quadro II.A.5 –Renúncia Tributaria pela UJ

| RENÚNCIA TRIBUTÁRIA | | | | CONTRAPARTIDA EXIGIDA |
|---|--|--|--|---|
| Tributo | Legislação | Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, §1º) | Objetivos Sócio-Econômicos | |
| IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados | Leis nºs 8.248/2001, 10176/2001 e 11.077/2004 Decreto nº 5.906/2006 | Redução/Isenção do IPI | Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação. Leis nºs 8.248/2001, 10176/2001 e 11.077/2004 Decreto nº 5.906/2006 | - Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa. |
| DESCRIÇÃO DOS CAMPOS: | | | | |
| <p>Tributo: Rubricas da receita tributária (impostos, taxas e contribuições) para as quais está sendo prevista renúncia, bem como as renúncias correspondentes que foram concedidas em anos anteriores e que ainda estejam em vigor. Ex: ICMS, IPVA, IR, Taxa de Iluminação, etc.;</p> <p>Legislação: Normativos que disciplinam a renúncia: leis, decretos, portarias etc.;</p> <p>Natureza da Renúncia: Modalidade da renúncia para cada espécie de tributo (anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral; alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo; e outros benefícios), conforme disposto no art. 14, § 1º, da LRF;</p> <p>Objetivos Sócio-Econômicos: Objetivos sócio-econômicos visados com a renúncia, com indicação dos documentos (ato normativo ou administrativo) nos quais tais objetivos são descritos e fundamentados;</p> <p>Contrapartida Exigida: Condições exigidas para que o contribuinte possa usufruir da renúncia tributária, devendo ser indicados os dispositivos e os normativos que as estabelecem. Normalmente, a renúncia exige o investimento de recursos, financeiros ou materiais, em alguma atividade, com vistas a promover o desenvolvimento econômico pretendido. Além da contrapartida por meio da aplicação de recursos em determinado setor/atividade, outros tipos de contrapartida também podem ser exigidos, como, por exemplo, a implantação de sistema de qualidade na empresa beneficiada..</p> | | | | |

Quadro II.A.6 – Valores Concedidos a Títulos de Receita e Respectiva Contrapartida

| VALORES | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado |
| RENÚNCIA | 1.886.840.000,00 | 2.755.398.214,03 | 2.166.101.040,00 | 3.183.618.199,26 | 2.075.500.190,00 | - |
| CONTRAPARTIDA | 555.422.218,60 | 751.631.620,49 | 603.095.032,00 | 795.022.706,93 | 557.608.436,30 | - |
| DESCRIÇÃO DOS CAMPOS: | | | | | | |
| <p>Renúncia: Valores dos tributos que não foram arrecadados em razão do benefício tributário concedido nos exercícios de 2007, 2008 e 2009;</p> <p>Contrapartida: Montantes dos recursos financeiros aplicados na forma da contrapartida exigida para fruição da renúncia tributária nos exercícios de 2007, 2008 e 2009;</p> <p>Previsto: Valores previstos para a receita renunciada e para os recursos aplicados na contrapartida nos exercícios de 2007, 2008 e 2009;</p> <p>Realizado: Valores que efetivamente não foram arrecadados em razão da renúncia, e os que foram efetivamente aplicados na contrapartida exigida nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.</p> | | | | | | |

Quadro II.A.7 –usufrutuários diretos da renúncia – Pessoa Jurídica

| UF | Pessoas Jurídicas | | | | | |
|-------------------|-------------------|-------------------------|------------|-------------------------|----------|------------------|
| | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
| | Qtde. | Valor Renunciado | Qtde. | Valor Renunciado | Qtde. | Valor Renunciado |
| AL | 1 | 498.977,00 | 1 | 400.350,00 | - | - |
| BA | 29 | 158.201.878,23 | 33 | 135.907.675,83 | - | - |
| CE | 4 | 14.917.617,99 | 5 | 16.072.547,25 | - | - |
| DF | 6 | 1.717.985,45 | 8 | 3.612.323,44 | - | - |
| GO | - | - | 1 | 0,00 | - | - |
| MA | - | - | - | - | - | - |
| MG | 34 | 84.845.961,73 | 42 | 99.374.296,59 | - | - |
| MT | 1 | - | - | - | - | - |
| PB | 2 | 1.113.825,50 | 5 | 2.351.179,91 | - | - |
| PE | 2 | 4.006.545,08 | 4 | 14.016.547,77 | - | - |
| PR | 33 | 310.806.152,75 | 38 | 317.614.411,47 | - | - |
| RJ | 5 | 1.351.347,84 | 4 | 1.376.419,12 | - | - |
| RN | 1 | 355.091,27 | 2 | 573.703,29 | - | - |
| RS | 34 | 210.277.760,01 | 38 | 289.011.478,83 | - | - |
| SC | 13 | 49.063.220,97 | 19 | 122.204.071,96 | - | - |
| SE | - | - | 3 | 5.000.762,70 | - | - |
| SP | 142 | 1.915.377.737,19 | 165 | 2.176.102.431,10 | - | - |
| Tota l | 307 | 2.752.534.101,01 | 368 | 3.183.618.199,26 | - | - |

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

UF: Unidade da Federação onde se localiza o usufrutuário direto da renúncia. Em se tratando de pessoas jurídicas com diversas filiais, deverá ser informada a UF onde se localiza a matriz;

Quantidade: Quantidade de pessoas físicas e jurídicas que usufruíram da renúncia nos exercícios especificados;

Valores Renunciados: Valores que deveriam ter sido recolhidos junto à Fazenda Pública, mas não o foram em razão da renúncia tributária;

Para preenchimento do Quadro acima a UJ deverá solicitar os dados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na medida em que os mesmos se encontram nas bases de dados dessa Secretaria.

Quadro II.A.8 – beneficiários da renúncia- Pessoa Jurídica

| UF | Pessoas Jurídicas | | | | | |
|--------------|-------------------|-----------------------|------------|-------------------------|-------|----------------|
| | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
| | Qtde. | Valor Aplicado | Qtde. | Valor Aplicado | Qtde. | Valor Aplicado |
| AL | 1 | 68.322,09 | 1 | 48.225,23 | - | - |
| AM | 1 | 31.850,30 | 1 | 149.488,61 | - | - |
| BA | 28 | 24.803.082,43 | 43 | 40.735.805,82 | - | - |
| CE | 17 | 14.046.108,64 | 25 | 44.654.940,56 | - | - |
| DF | 31 | 6.395.876,26 | 11 | 21.467.207,39 | - | - |
| ES | 1 | 21.241,10 | 2 | 483.301,48 | - | - |
| GO | 1 | 279.901,80 | 3 | 998.343,46 | - | - |
| MA | 4 | 157.304,05 | 45 | 42.568.611,18 | - | - |
| MG | 28 | 27.514.543,02 | 2 | 702.869,93 | - | - |
| MS | 3 | 216.062,27 | 1 | 2.585.820,69 | - | - |
| PA | 5 | 911.811,75 | 7 | 4.055.546,51 | - | - |
| PB | 3 | 752.145,57 | 15 | 48.225,23 | - | - |
| PE | 28 | 18.942.519,04 | 1 | 149.488,61 | - | - |
| PI | 2 | 151.759,39 | - | - | - | - |
| PR | 20 | 29.730.813,37 | 38 | 74.610.779,30 | - | - |
| RJ | 11 | 1.653.312,00 | 9 | 3.502.393,84 | - | - |
| RN | 2 | 83.162,67 | 4 | 622.946,08 | - | - |
| RS | 21 | 31.382.301,73 | 50 | 60.646.858,92 | - | - |
| SC | 16 | 23.697.289,96 | 32 | 41.138.502,50 | - | - |
| SE | - | - | 2 | 13.191,02 | - | - |
| SP | 83 | 300.949.824,44 | 166 | 767.144.789,68 | - | - |
| Total | 306 | 481.789.231,88 | 458 | 1.165.738.923,38 | | |

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

UF: Unidade da Federação onde se localiza o usufrutuário direto da renúncia. Em se tratando de pessoas jurídicas com diversas filiais, deverá ser informada a UF onde se localiza a matriz;

Quantidade: Quantidade de pessoas físicas e jurídicas que usufruíram da renúncia nos exercícios especificados;

- **Valores Aplicados:** Valores oriundos da renúncia que foram recebidos pelos beneficiários, nos exercícios especificados.

Quadro II.A.9 – Demonstrativo dos projetos financiados pela contrapartida

| Renúncia | Aplicação | Recursos Liberados | | | Recursos Orçamentários Executados (Liquidados) | | |
|---|-----------|--------------------|----------------|----------------|--|---------------|-------------|
| | | 2007 | 2008 | 2009 ** | Exercício n-2 | Exercício n-1 | Exercício n |
| Isenção/redução do IPI – Leis nºs 8.248/2001, 10176/2001 e 11.077/2004 Decreto nº 5.906/2006 | | | | | | | |
| (Ano base 2007) | 1950 * | 454.543.346,00 | --- | --- | --- | --- | -- |
| (Ano base 2008) | 2077 * | ---- | 633.947.602,00 | --- | --- | --- | --- |
| (Ano base 2009) | ** | ---- | --- | 557.608.436,30 | --- | --- | --- |

Notas:

- **OBJETIVO:** Informar os projetos financiados pela contrapartida das receitas renunciadas e pelas fontes do Orçamento da União.
- **RENÚNCIA:** Essa coluna identifica a renúncia, com a indicação da legislação que a instituiu (número da lei e ano de sua edição).
- **APLICAÇÃO:** Essa coluna identifica os projetos, programas ou atividades coordenados ou geridos pela própria unidade jurisdicionada, que receberam recursos oriundos da renúncia.

- RECURSOS LIBERADOS: Essa coluna identifica os recursos efetivamente liberados para aplicação nos programas, projetos ou atividades beneficiados pela renúncia, coordenados ou geridos pela própria unidade jurisdicionada.
- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EXECUTADOS (LIQUIDADOS): Essa coluna identifica os recursos orçamentários executados, ou seja, as despesas orçamentárias liquidadas referentes aos programas, projetos ou atividades beneficiados pela contrapartida da renúncia, coordenados ou geridos pela própria unidade jurisdicionada.
- “Exercício n” é aquele a que se refere o Relatório de Gestão.

OBS:

* Anualmente são informados pelas empresas beneficiárias da lei de informática, por meio dos RD's, investimentos em cerca de dois mil projetos por ano, executados pelas próprias empresas (interno) e em convênios com instituições de ensino e pesquisa, o que torna difícil relacioná-los de forma isolada e particularmente associada a outras fontes orçamentárias não disponíveis para esta Secretaria.

** Para 2009, o valor informado é o previsto.

Quadro II.A.10 –Prestações de Contas de RENUNCIA de Receitas

| SITUAÇÃO | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|-----------------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|-------|
| | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
| *PC Não Apresentadas | 37 | - | 66 | - | - | - |
| PC Aguardando Análise | 283 | 751.631.620,49 | 366 | 795.022.706,93 | - | - |
| PC Em Análise | 0 | - | - | - | - | - |
| PC Não Aprovada | - | - | - | - | - | - |
| PC Aprovada | 30 | - | - | - | - | - |

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Qtd.: Quantidade de processos de prestações de contas em cada uma das situações referidas na coluna Situação;

Valor: Montantes de recursos aos quais se referem as prestações de contas;

PC não Apresentadas: Quantidade de prestações de contas não apresentadas pelos beneficiários da renúncia (omissão), nos termos definidos pela legislação específica que normatiza cada renúncia. No tocante a essa coluna, o gestor deverá explicitar, em nota explicativa, o marco referencial a partir do qual a não apresentação da prestação de contas passa a ser considerada omissão, sujeitando-se, pois, às sanções previstas. Deverão ser informados, também, os normativos que disciplinam a questão;

PC Aguardando Análise: Quantidade de prestações de contas que se encontram em estoque na unidade, aguardando análise;

PC em Análise: Quantidade de prestações de contas em análise na unidade;

PC não Aprovadas: Quantidade de prestações de contas que não foram aprovadas e, por conseguinte, estão sujeitas às sanções previstas nos normativos que disciplinam a renúncia;

PC Aprovadas: Quantidade de prestações de contas aprovadas.

* As empresas que não apresentaram os RDs poderão estar em mais de um exercício subsequente.

Esclarecimentos Adicionais:

1 - A análise preliminar de um RD de um determinado ano-base é realizada no ano de exercício;

2 - A primeira análise de mérito dos RD's dos anos-base 2006 e 2007 não foram iniciada. Conforme o item 1, já foi feita a análise preliminar.

Quadro II.A.11 – Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas

| INDICADORES | | | | | | | | |
|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------|----------|---------------------|-----------|
| EXERCÍCIO | METAS | | | | RENÚNCIA/PIB (%) | | GERAÇÃO DE EMPREGOS | |
| | Descrição | Indicador | Previstas | Realizada | Regional | Nacional | Diretos | Indiretos |
| 2007 | --- | --- | --- | --- | | 0,100% | 55.379 | --- |
| 2008 | --- | --- | --- | --- | | 0,106% | 70.221 | --- |
| 2009 | --- | --- | --- | --- | | 0,088% | 56.176 | ---- |

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:
Metas: Metas definidas para o alcance dos objetivos sócio-econômicos do projeto ou programa financiados pelos recursos renunciados. O gestor deverá informar, em nota explicativa, os documentos (atos normativos ou administrativos), nos quais as metas estão especificadas e fundamentadas;
Descrição: Especificação da meta a ser alcançada. Exemplo: atender 100% dos clientes no exercício;
Indicador: Unidade de medida utilizada para averiguar o cumprimento da meta. Exemplo: % de atendimentos no exercício;
Prev.: Quantitativo que se pretende alcançar em determinada meta.
Exemplo: 100%
Real.: Quantitativo, dentre aquele previsto, que foi efetivamente realizado no exercício ao qual o relatório de gestão/prestação de contas se refere;
Exemplo: (n° de pessoas atendidas / n° de pessoas que necessitam de atendimento) x 100
Renúncia/PIB (%): Participação porcentual da renúncia efetiva realizada no exercício em relação ao produto interno bruto nacional e regional. Caso o gestor não disponha das informações relativas ao PIB regional, ao menos o nacional deverá ser informado;
Geração de Empregos: Estimativa de empregos diretos e indiretos gerados a partir da implementação dos projetos e programas financiados com recursos de renúncia de receita.

8. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Quadro II.A.12 – Declaração do gestor sobre a regularidade dos beneficiários

DECLARAÇÃO

Eu, Augusto Cesar Gadelha Vieira, CPF nº 261.871.407-53, Secretário de Política de Informática, declaro para os devidos fins que, na concessão do benefício tributário previsto no Decreto Nº 5.906/06, publicado no D.O.U. de 26.9.2006, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Brasília, 31 de março de 2010.

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

CPF: 261.871.407-53

Secretário

Secretaria de Política de Informática

9. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|--|-------------------------------|----------------------|-------------------|
| DECLARAÇÃO ADVERSA | | | |
| Denominação completa (UJ): | | Código da UG: | |
| Secretaria de Política de Informática.SEPIN | | 240.116 | |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília-DF, | Data | 31/03/2010 |
| Contador Responsável | Eliana Yukiko Takenaka | CRC nº | DF 6.666 |

10. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

11. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Com disposto no relatório de auditoria anual de contas, exercício de 2008, encaminhado pelo memo/Nº 47/2009 AECI, recomendação 001 “*Que a SEPIN implemente fiscalização para acompanhamento e a validação das informações apresentadas pelas empresas e instituições de Ensino e Pesquisa*”. e Recomendação 001 “*Que a SEPIN se abstenha de utilizar mão de obra terceirizada em atividades que integram as atribuições exclusivas de Servidor.*”

12. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.